

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em
Engenharia de Produção

PROJETO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO TECNOLÓGICO

Jussara Isabel Saldanha da Costa

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Engenharia de
Produção da Universidade Federal de
Santa Catarina como requisito parcial
para obtenção do título de Mestre em
Engenharia de Produção

Florianópolis
2001

Jussara Isabel Saldanha da Costa

PROJETO PEDAGÓGICO NO CONTEXTO TECNOLÓGICO

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção no Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 23 de Julho de 2001



Ricardo Miranda Barcia, PhD.
Coordenador

Banca Examinadora:



Profª Mirian Loureiro Fialho, Drª
Orientadora



Prof. Bruno Hartmut Kopitke, Dr.



Prof. Francisco Antonio Pereira Fialho, Dr.

A **Ari Saldanha da Costa Neto**, meu marido e companheiro e a **Alexandre Saldanha da Costa**, meu bebê, que me acompanharam carinhosamente no decorrer do mestrado, meu profundo agradecimento pelo apoio, incentivo e companhia nos trabalhos.

Agora, para sempre...

Agradecimentos

À **Universidade Federal de Santa Catarina.**

À **FAE/CDE**, que intermediou este curso.

À **Professora Miriam Fialho**, pelo interesse, pela orientação eficaz.

A **Ari e Alexandre** pelo apoio e compreensão.

A **todos aqueles** que participaram, de uma forma ou de outra, da produção deste texto.

“Heróis são as pessoas que se afastam da senda traçada pela tradição e ingressam na floresta densa da experiência original. A coragem de enfrentar julgamentos e trazer um novo conjunto de possibilidades para o campo da experiência para ser experimentado por outras pessoas é a façanha do herói.”

(Joseph Campbell)

SUMÁRIO

Lista de Figuras	vii
Lista de Tabelas	vii
Resumo	viii
Abstrat	ix
1. INTRODUÇÃO	01
1.1 Questões de Pesquisa	02
1.2 Objetivos	03
1.2.1 Objetivo Geral	03
1.2.2 Objetivos Específicos	03
1.3 Hipótese	03
1.4 Metodologia	03
1.5 Limitações	04
1.6 Descrição dos Capítulos	04
2. REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	05
2.1 Características da Revolução Tecnológica	05
2.2 Tecnologias e Habilidades do Pensamento	08
2.3 A Teleinformática e o Social: o Papel da Educação	11
2.4 Missão da Educação Básica	14
2.4.1 Educação e Sensibilidade	15
2.4.2 Educação e Cidadania	16
2.4.3 Educação e Interação da Família e Escola	20
2.4.4 Formação permanente do Educador	20
2.4.5 Educação Emocional	22
3. PROJETO PEDAGÓGICO E SEUS FUNDAMENTOS	24
3.1 A LDB 9394/96 e o Projeto Pedagógico	24
3.2 Pressupostos norteadores do Projeto Pedagógico	41
3.3 Projeto Pedagógico - Projeto de Cidadania	44
4. PROJETO PEDAGÓGICO E SUA ESTRUTURA	51
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS	63
5.1 Considerações Finais	63
5.2 Recomendações para Trabalhos Futuros	68
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

Lista de Figuras

Figura 1: Referenciais da LDB 9394/96	p. 26
Figura 2: Níveis e modalidade de Educação e Ensino	p. 27
Figura 3: Estrutura da Educação Infantil	p. 37
Figura 4: Estrutura do Ensino Fundamental	p. 38
Figura 5: Estrutura do Ensino Médio	p. 40
Figura 6: Envolvidos no Projeto Pedagógico	p. 48
Figura 7: Estrutura do Projeto Pedagógico	p. 55
Figura 8: Processo avaliativo do Projeto Pedagógico	p. 56
Figura 9: Documentos complementares	p. 61

Lista de Tabelas

Tabela nº 1: Comparação entre proposta da UNESCO e LAB	p. 13
--	-------

RESUMO

COSTA, Jussara Isabel Saldanha. **Projeto Pedagógico no Contexto Tecnológico**. 2001, 75f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós- Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

O objetivo dessa pesquisa foi o desenvolvimento de uma fundamentação que possibilitasse a estruturação de um Projeto Pedagógico consciente e coletivo da Instituição Educacional, de forma participativa, frente a realidade atual. Partiu-se do pressuposto que todas as escolas de educação básica necessitam elaborar a sua proposta pedagógica, mas nem todas possuem claro o contexto tecnológico que estão vivendo e, também os passos de como se estrutura uma projeto pedagógico. Caracteriza-se como um estudo exploratório em que se empregou revisão bibliográfica e entrevista estruturada. Participaram da pesquisa diretores e coordenadores de escolas de educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Os instrumentos utilizados foram a entrevista, o projeto pedagógico e o regimento escolar. Os resultados demonstram que muitos diretores e coordenadores de escolas até conhecem a sua proposta pedagógica, mas não tem isso sistematizado de forma coletiva com os professores, e, em consequência desse fato, não conseguem fazer com que o corpo docente assuma as diretrizes da escola, sobrecarregando a administração e deixando a desejar no desempenho da qualidade na ação educacional.

Palavras-chave: Tecnologia - Projeto Pedagógico - Cidadania

ABSTRACT

COSTA, Jussara Isabel Saldanha. **Pedagogic project in a technological context**. 2001. 75 pgs. Dissertation (Masters in Production Engineering) - Masters program in Production Engineering, UFSC, Florianópolis.

The object of this research was to develop a handtion which might serve as guidance for struturing the Pedagogic Project of the Educacional Institute in a participatory, conscious, and collective way taking into consideration the current reality. We start from the presumption that all schools of basic education need to elaborate their pedagogic proposal and that not all of them understand cleady the technological context in wich are living or the steps involved in structuring a pedagogic project. This is an exploratory study wich employed bibliographic review and structured interviews. Principals and co-ordinadors of kindergardens, elementary schools, junior highs and highschools participated in the research. The instruments utilized in the research were: the interview, the pedagogic project, and the school bylaws. The results indicate that many principals and co-ordinators have clear pedagogic proposals but they have not appyed them in a systematic and colletive way with the teachers. For this reason they are unable of making the teaching staff incorporate the school's educacional guidelines. This overburdons those in administration and leaves much to desire in the quality of the teaching performance.

Key Words: Technological - Pedagogic Project - Cidadania - Citizen

1. INTRODUÇÃO

A sociedade brasileira e mundial está enfrentando uma série de rupturas nos seus paradigmas e conseqüentemente criando outros, em decorrência da era do conhecimento e da informação. Frente a globalização econômica e ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação, informação e gestão, as Instituições de Educação se defrontam com os desafios de como administrar o seu corpo pedagógico e administrativo num processo de elaboração participativa do Projeto Pedagógico.

O conhecimento é o eixo estrutural comum que norteia a educação, a escola e a sociedade, e, para que o cidadão exerça plenamente a cidadania, faz-se necessário que todos tenham acesso a informação e a tecnologia. O foco da escola é a "ciência", isto é, produção humana determinada historicamente por fatores econômicos, sociais e culturais. Entra aí o papel indispensável do professor, que precisa ter um perfil de mediador, facilitador e condutor do conhecimento e da informação já existentes.

Segundo o Documento da UNESCO (1999): "Educação, um tesouro a descobrir" destacam-se os pilares da educação: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser. Essa perspectiva coloca uma nova base epistemológica à educação escolar, redimensiona o papel dos professores e exige uma formação profissional continuada.

Para alicerçar uma prática docente que atenda as necessidades atuais, numa perspectiva de garantir a aprendizagem do aluno com os princípios éticos da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum; os princípios políticos dos direitos e deveres de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática; os princípios estéticos da sensibilidade, da criatividade, e da diversidade de manifestações artísticas e culturais, é indispensável a atualização constante e linha comum de trabalho em toda a escola.

Hoje, todo o educador necessita desenvolver os conteúdos científicos conceituais, procedimentais, atitudinais e as habilidades e competências do ser humano. Para tanto, é necessário a formação continuada do professor, também proposta pela Escola, observando a proposta de ação pedagógica.

A presente dissertação tem por finalidade desenvolver uma orientação aos educadores quanto a elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, numa visão de inovação tecnológica e, assim, propor ações de intervenção que possibilitem a melhoria do processo formativo dos educadores, educandos e comunidade, numa ação conjunta institucional.

1.1 Questões de Pesquisa

Os novos modelos de gestão, as novas tecnologias e a globalização econômica estão produzindo muitos reflexos e oportunidades de mudança em todos os setores da nossa sociedade. O setor educacional, frente a evolução do conhecimento, da técnica e tecnologia precisa estar estruturado, pois, segundo MORAES, (1998), “pressupõe que as pessoas voltem às escolas, que as instituições empregadoras propiciem educação aos seus membros e que todos tenham acesso às informações e aos processos formativos de que necessitam, principalmente no que diz respeito à educação básica”.

Na atualidade, o foco da educação está deixando de ser o ensino e passando a centrar-se no aluno e na aprendizagem. Portanto, novos enfoques metodológicos são propostos, tais como o “aprender a aprender”, formando pesquisadores. A Instituição Educacional, como também o Professor, precisa estar preparada e, primeiramente necessita passar pelo processo de mudança, desenvolvendo as habilidades humanas, centrada nas pessoas que dela fazem parte e que possuem os objetivos voltados para a evolução e qualificação da mesma numa inserção na sociedade, fazendo o seu papel de cidadania como pessoa física e jurídica.

Vislumbrando a elaboração de um Projeto Pedagógico, na proposta de uma elaboração participativa e coletiva envolvendo a Escola e Comunidade, colocam-se alguns questionamentos:

- .Como auxiliar os profissionais de educação frente às novas concepções de realidade atual, principalmente da revolução tecnológica em que perpassa a sociedade hoje?
- .De que forma subsidiar e garantir a participação efetiva dos membros da Escola e Comunidade num Projeto Pedagógico?
- .Como orientar na estruturação de um projeto pedagógico que venha atender à demanda da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio nas diversas áreas do conhecimento?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

.Desenvolver uma fundamentação que oriente em como estruturar o Projeto Pedagógico da Instituição Educacional de forma participativa, consciente e coletiva frente a realidade atual.

1.2.2 Objetivos específicos

.Orientar os educadores quanto às tendências da realidade hoje, frente a revolução tecnológica.

.Oportunizar uma fundamentação teórica sobre o projeto pedagógico para a Educação Básica.

.Sistematizar a estrutura de projeto pedagógico que atenda às demandas legais e a realidade das instituições educacionais.

1.3 Hipótese

.A sociedade, encarada sob a ótica da globalização, vem exigindo a reestruturação institucional em todos os modelos de produção. Assim, constata-se a necessidade da elaboração de um projeto pedagógico participativo para um novo modelo de instituição educacional.

1.4 Metodologia

Para atingir os objetivos propostos pretende-se utilizar os seguintes Instrumentos metodológicos:

Revisão Bibliográfica: aprofundamento teórico sobre a realidade da revolução tecnológica.

Pesquisa de Campo: verificando como as escolas têm administrado a elaboração do projeto pedagógico, bem como em quais aspectos teóricos se fundamenta.

Pesquisa Aplicada: Propor estrutura do projeto pedagógico e orientações para atender à demanda dos níveis educacionais.

1.5 Limitações

Foram encontradas dificuldades nas referências bibliográficas, especialmente quanto ao capítulo da revolução tecnológica. O tema Projeto Pedagógico nos é conhecido e concreto, pois ministramos cursos sobre o mesmo e assessamos na elaboração de projetos em escolas de educação básica. Na verdade, há muito tempo queríamos relatar as nossas convicções e práticas.

1.6 Descrição dos capítulos

No capítulo sobre a Revolução Tecnológica oriento os educadores com relação às características tecnológicas, o papel da educação frente ao desenvolvimento das habilidades do pensamento e a realidade social; descrevo também a missão da educação básica "educando para a sensibilidade, para a cidadania", o papel da família, a formação permanente dos educadores e a educação para os valores.

No capítulo referente ao Projeto Pedagógico e seus Fundamentos, é apresentada a fundamentação teórica do projeto pedagógico na LDB 9394/96 e os pressupostos que o norteiam.

No capítulo sobre Projeto Pedagógico e sua Estrutura, sistematizo o projeto pedagógico através dos atos situacionais, teóricos e estratégicos, bem como os seus documentos complementares.

2. REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

A tecnologia tem contribuído para o desenvolvimento do pensamento humano, portanto, muda-se a visão e o papel da escola e a função do professor. Percebe-se que o papel da educação frente a realidade social e da tecnologia mudou, o mercado de trabalho exige especialistas qualificados mas, com uma visão geral, global; a informação está disponível a todos de forma veloz; assim, a função educacional da escola não é mais informar, porém muito mais, formar para a cidadania.

2.1 Características da Revolução Tecnológica

As implicações dos avanços tecnológicos indicam que estamos vivendo um período de transformações revolucionárias. Podemos, sem dúvida, afirmar que passamos por uma revolução tecnológica, assim como no século XVIII vivemos a Revolução Industrial.

O que caracteriza uma revolução é sobretudo a extensão de mudanças nas várias dimensões do social e a velocidade intrínseca a essas alterações.

A compreensão de uma revolução faz-se então a partir das causas ou origens dessas mudanças. Uma mudança, por seu turno, é sempre precedida por uma crise intensa e extensa, ao mesmo tempo. Intensa porque mobiliza valores, conhecimentos, habilidades, instituições e modos de vida vigentes; extensa porque ameaça a sociedade como um todo, obrigando-a para um deslocamento que envolve a procura de novos caminhos políticos, econômicos e culturais.

Hoje, faz-se necessário tanto uma análise do ponto de vista das mudanças que ocorrerão ao nível do próprio homem, sujeito principal de qualquer revolução, quanto do ponto de vista das mudanças relativas às dimensões políticas, econômicas e culturais do grupo social.

A respeito do papel do professor, considerando que ensinar exige reconhecer que a educação é ideológica, diz FREIRE (2000, P. 147) que: "O progresso científico e tecnológico que não responder fundamentalmente aos interesse humanos, às necessidades de nossa existência, perdem, para mim, sua significação. A todo avanço tecnológico havena de corresponder o empenho real de resposta imediata a qualquer desafio que pusesse em risco a alegria de viver dos homens e das mulheres".

A revolução entre o homem e a sociedade, no espaço da revolução da teleinformática, deve ser profundamente pensada, a fim de que possamos antever, e portanto, direcionar eticamente, mudanças de natureza tão complexa.

A articulação da computação com a comunicação são dois fenômenos presentes na revolução tecnológica. Com base em Pedro Demo, o computador pode ser entendido como aquele que possui capacidade de armazenar informações, recuperar e transformá-las com velocidade e capacidade de processamento. A comunicação atraente com meios eletrônicos respondem à sensibilidade do homem. São dinâmicos, rápidos, tocando primeiro o sentimento, a afetividade, depois a razão. Podemos dizer que os jovens lêem o que podem ver, precisam ver para compreender; os adultos precisam ler para compreender.

Os meios de comunicação atraem pela mistura de linguagens; integram a linguagem visual, a falada, a do movimento, a musical, a escrita (legendas), de forma agradável, bonita, rápida e sintética.

As matérias primas perdem seu valor. Os recursos naturais contam mais como preservação e perdem o seu valor no aspecto econômico e de produção. O conhecimento, hoje, é o fator decisivo da produção. Podemos dizer que 2% do computador refere-se à matéria-prima e os restantes 98% tratam de inteligência, da informação.

Antigamente, para se ficar rico era necessário trabalhar muito e poupar; hoje é preciso saber ser plurivalente e atuar em grupo com sabedoria. O trabalho é celular; trabalha aquele que é dinâmico, que fala, que é criativo, audaz, questionador e móvel, que se adapta às mais diversificadas situações. Hoje podemos perceber que o trabalhador precisa carregar a empresa na mente e no coração, não somente nos braços.

Notemos também que a proposta de um novo liberalismo corresponde, na verdade, a uma nova fase do desenvolvimento capitalista.

O neoliberalismo se constituía numa doutrina com base econômica, mas revestida de uma forte carga ideológica, portanto, uma fase do capitalismo que se organiza para realizar um novo padrão de acumulação do capital, a partir de um elevado grau de concentração, seja no setor produtivo, seja no setor financeiro.

A competitividade do livre mercado, a não intervenção do Estado, a eficiência, os avanços técnicos-científicos são propostas do capitalismo.

Temos uma outra realidade: o desaparecimento de milhões de seres humanos, vitimados por doenças, guerras localizadas, fome, miséria e até o extermínio físico puro e simples para reduzir drasticamente os pobres.

Na situação do mundo atual, percebe-se o seguinte em vários segmentos:

. a nível econômico-político, existe o domínio de uma planetarização, vinculado pelo grau de desenvolvimento tecnológico, com a superexploração do trabalho humano.

. a nível cultural, surge um enfraquecimento cada vez mais profundo da consciência ética dos homens. A razão utilitária instrumental atrofiou, abafou a razão emancipatória, libertadora, conseqüentemente confrontandonos com o fenômeno da redução e da significação da vida humana e suas questões existenciais mais significativas.

. do ponto de vista da evolução, a informática constitui um salto qualitativo na história da humanidade, pois com ela, se pensarmos bem, pela primeira vez ocorre o desenvolvimento que deixa de apenas ampliar a capacidade mental de processar informações. Provocado por ela, o homem consegue, por meios artificiais, ampliar sua capacidade natural de pensar lógico-formalmente, aumentando assim a possibilidade de codificar, processar e decodificar informações.

Isso significa que a teleinformática, assim como a máquina à vapor, expande capacidades inerentes à condição humana.

Se a máquina à vapor expandiu a motricidade, a teleinformática, além de intensificar o processo comunicativo, aumenta o uso das potencialidades do pensar, que tem o raciocínio lógico e a memória como condicionamentos básicos.

Segundo o artigo "Soluções integradas para redes IP públicas", extraído da revista I and C World – Volom 4/december 2000 - The magazine for information and Communications:

"A Unisphere Networks, braço da Siemens em soluções de redes convergentes a provedores de serviços de comunicações integradas, acaba de comprar a Broadsoft uma empresa que oferece serviços e sistemas para aplicações na nova geração de serviços de telefonia. Essa aquisição vem reforçar a estratégia da Unisphere em oferecer aos provedores de serviços soluções integradas para redes IP públicas que permitem desenvolver nova geração de serviços de voz e dados. A arquitetura de software da BroadSoft suporta aplicações para telefonia baseada na Web, como chamada em espera, voice mail, conferência, atendimento automatizado de chamadas e follow me".

Na realidade estamos vivendo no mundo da teleinformática, de grandes avanços tecnológicos. Os nossos alunos estão próximos a esse mundo. Quais os instrumentos humanos e técnicos que estamos proporcionando aos alunos para que possam "dar conta" dessa realidade? Qual será mesmo a função social da escola hoje? O que está previsto no Projeto Pedagógico de sua escola sobre a realidade da Revolução Tecnológica? Será que nós professores estamos aptos a enfrentar essa realidade? O que fazer?

2.2 Tecnologias e Habilidades de Pensamento

Para tratarmos de "técnica e lógica" e habilidades de pensamento, precisamos conceituar o que é informação. BERG (1996, P.26), fazendo analogia com a água, assim a define: "A informação é como a água; pode estar bem clara, sossegada como um lago, e pode ser também uma pororoca".

Estamos vivendo numa época em que ela é extremamente constante com tantas coisas diferentes; é informação demais, estamos numa época de turbulência.

Analisando a situação das comunicações em torno do recurso da **Internet**, percebemos que temos linhas de telecomunicações que possibilitam aos estudantes estar conectados uns aos outros no mundo todo, bem como a implantação da escola virtual. A **Internet** é uma somatória das várias tecnologias que se pode dispor. Ela nada mais é do que uma tecnologia que está disponibilizando um número imensurável de informações nos seus mais variados suportes. Temos informações eletrônicas e em formato digital que representam os nossos antigos documentos, os nossos livros, relatórios, revistas e outros. Adquirimos um ganho em termos de contextualização. A Internet dispõe de informações bibliográficas, visuais, sonoras e com movimento.

Para optarmos por qualquer tecnologia, precisamos, antes de tudo, do conhecimento de como aproveitarmos todo o seu potencial, incorporando-a ao nosso fazer cotidiano e não simplesmente adaptando-a. Sabe-se, portanto, que o império do presente/futuro é o império da mente.

Como os educadores reagem ao desenvolvimento da teleinformática? Percebe-se que muitos estão com medo; outros assustados e outros sentem-se desconfortáveis com a tecnologia. Isso é muito bom, porque significa que compreendemos que estamos numa época de mudança. A tecnologia de hoje permite que o professor e o aluno respeitem e utilizem formatos de informação que vão ao encontro de suas preferências de estímulo e percepção, evitando assim o monopólio dos símbolos verbais.

O "novo professor" deve estar voltado ao atendimento personalizado e assumindo o papel de formador e não de transmissor de informações. O fator da mudança no perfil do emprego é determinante para alterar a estrutura da educação. Numa sociedade onde o emprego para todos é uma falácia, quem tiver condições de resolver problemas vai ter trabalho. Para isso, é preciso estudar muito, buscar soluções e agir rápido.

Os alunos já estão preparados para essa mudança, o que acontece é que as escolas ainda estão agindo como se a sociedade estivesse estruturada em escadas, e hoje, a sociedade está muito mais igualitária; o que diferencia as pessoas é realmente o conhecimento.

A velocidade do processo de mudança é um dos temas que mais assusta especialistas e as pessoas diretamente envolvidas com a educação. Acredito que futuramente não teremos escolas preocupas com presença e registros e, sim lugares de Jazer, música, esporte, convivência, e, principalmente, de aprofundamento de discussões.

Isso é o que a escola vai oferecer. Não será mais somente a transmissão de conhecimentos, mas sim construção e avaliação desse conhecimento.

Segundo o artigo publicado na revista I and C World - Issue 4/december 2000- The magazine for information and Communications, sobre "O professor do futuro na universidade virtual" temos:

"Professores de todos os níveis entram no terceiro milênio com um grande desafio diante de si: como reconstruir o papel do professor no cenário das novas tecnologias na sala de aula e no espaço virtual da educação a distância? Esta questão é central para a melhoria da qualidade na educação formal e também na educação corporativa. As técnicas de armazenagem, disseminação e troca da informação com o uso de redes com velocidade crescente, permitindo videoconferência e streaming de vídeo por IP, a evolução da tecnologia e da psicologia da aprendizagem aplicada aos ambientes virtuais de aprendizagem com aumento da interatividade e acesso instantâneo de aluno a bancos de dados formando bibliotecas virtuais a partir de qualquer ponto conectado à Internet cham a universidade virtual e colocam em questão a função do mestre. A educação presencial e a aprendizagem à distância beneficiam-se dos novos recursos tecnológicos e exigem novas estratégias para o ensinar e o aprender. Até então aos professores cabia o dever de ensinar e, aos alunos, a tarefa de aprender.

A tecnologia rompe esses conceitos ao permitir ao aluno o contato com outras fontes de saber que não o professor e os materiais por ele selecionados, e retira do professor a condição muitas vezes única de detentor do conhecimento, das estratégias de disseminação e dos mecanismos de avaliação para checar o percurso do aluno. Agora os conteúdos estão colocados na rede, em grande parte.

No próprio sistema de armazenagem o aluno pode encontrar atividades que o levam à apropriação daquele saber. Restava ao professor, então, somente a função de avaliação. Mas, mesmo esta, muitas vezes está já organizada em sistemas de auto-avaliação pelo aprendiz. Este vaticínio da morte do professor não é correto. Vale apenas para o professor que não se revela capaz de entender que o novo cenário exige um novo mestre. Professores e alunos formam comunidades virtuais de aprendizagem, onde os limites para o ensinar e o aprender tomam-se cada vez menores. A nova performance para o professor passa pela compreensão de que a apresentação dos conteúdos deixa progressivamente a forma expositiva, tradicional e busca a construção de um diálogo permanente com os alunos mediando textos e atividades colaborativas. O novo professor não trabalha com a memória do aluno, mas com a inteligência dele em direção à solução de problemas e elaboração de raciocínio integrador. Estamos ingressando em uma educação em que, de fato, podem todos os agentes ser autores e construtores de um saber coletivo. As instituições educacionais e as empresas podem agora aumentar a sua capacidade de gerar benefícios oferecendo acesso a uma qualidade e volume de conhecimento que, pela modalidade convencional, jamais poderiam ser alcançados. Hoje produzimos a formação continuada sem afastamento do posto de trabalho e com aplicabilidade imediata dos conceitos e habilidades adquiridos. Alunos em escolas ou empresas distantes no interior podem dialogar com professores de alta qualificação e acessar os mesmos conteúdos que seus colegas dos grandes centros. Compreender este cenário de transformação é essencial para que o cenário da Universidade Virtual venha a contar no presente com os professores do futuro".

Gabriel Rodrigues, Presidente da Universidade Virtual Brasileira
João Vianney, Diretor Executivo.

2.3 A Teleinformática e o Social: o Papel da Educação

A humanidade vive hoje a maior transformação de sua história. Acredita-se que nos próximos cinco anos o mundo irá desenvolver-se bem mais que nos últimos trinta anos e as escolas precisam estar atentas a isso para poderem educar seus alunos dentro de um contexto atual e não ultrapassado. Essa análise é do doutor em macroeconomia Luiz Almeida Marins Filho, feita durante a palestra "Prestação de serviço é o nome do jogo", durante o Congresso das Escolas Particulares do Paraná.

Estamos vivendo numa época inusitada. O mundo hoje tem acesso a muita informação e os professores precisam estar conscientes desse fato. Porém, nem todos estão acompanhando isso com a necessária profundidade. Como exemplo desse descompasso, citamos o caso de uma turma de 6ª Série do 1º Grau, a qual solicitou que o professor lhes falasse a respeito dos conflitos da Bósnia-Herzegovina. Obtiveram como resposta que o tema era de 8ª Série e mais tarde o estudariam, continuando sua aula a respeito das cinco razões do Cristianismo. Ao que um aluno argumentou que quando chegassem à 8ª Série a Bósnia provavelmente não mais existisse e o assunto perderia a importância.

Os professores não devem estar atrelados a currículos, mas preparados e atualizados com relação à problemática mundial, para responderem as questões dos alunos, pois os mesmos estão todos os dias em contato com a mídia, sendo normal que queiram saber mais através da escola. O problema reside em que muitos professores estão despreparados para isso.

Há algumas décadas os alunos chegavam à escola como uma página em branco, a qual a professora ou professor iam aos poucos preenchendo. Hoje, estes já chegam com mais de seis mil horas só de televisão e sedentos de mais informações.

O mercado de trabalho, nas mais diversificadas áreas, exige profissionais cada vez mais qualificados; especialistas que não tenham perdido a noção das generalidades. Na maioria das casas o computador transformou-se num verdadeiro utensílio manipulado por pais e filhos.

A informação não se encontra mais centralizada em um pequeno número de mestres e cientistas ou em livros, mas está ao alcance de todos, via rede mundial.

Esses são apenas alguns fatores que estão transformando o papel da escola neste fim de século. Os questionamentos se proliferam e buscam desenhar o perfil do que vai ser o processo educacional na sociedade de um futuro que já começou.

A escola não vai ter somente que transmitir conhecimento, mas terá, sim, que ensinar ao aluno a procurar o conhecimento onde ele já existe e aplicá-lo.

Esse processo de mudança é mais profundo e atinge a natureza do conhecimento. O aluno vai ter nas mãos, ao seu dispor, o conhecimento já produzido. Como conseqüência, os currículos das áreas de conhecimento vão passar por mudanças. O conhecimento de línguas, formação de valores, lógica e filosofia, entre outros, serão fundamentais para qualquer área de atuação. As capacidades e habilidades lógicas serão fundamentais para se ter acesso, para organizar e aplicar o conhecimento científico.

A nova estrutura do mercado de trabalho também deve exercer uma forte pressão sobre o modelo atual da escola.

A escola que hoje lida prioriza o conhecimento e pouco as habilidades, vai mudar. No futuro presente, serão trabalhadas as habilidades e competências, ou seja, ação, postura social, atitudes individuais e em grupo, entre outros. Isso inclusive já está descrito na LDB 9394/96, bem como nas Diretrizes Curriculares Nacionais e nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os estudantes vão exercitar habilidades que serão úteis para exercer profissões.

A missão da escola pode se tornar ainda mais necessária, pois será responsável em formar o cidadão, em todos os aspectos, oferecendo, inclusive, escala de valores que conduzam à estruturação de convicções para que as crianças e os adolescentes comecem a desenvolver suas percepções de mundo.

A melhor forma de operacionalizar essa nova realidade, é através do uso da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, portanto, daremos menos valor às áreas de conhecimento e mais à unidade de conhecimentos que levará a dar condições ao indivíduo no atendimento a problemas concretos.

É necessário preocupar-se com o planejamento do ensino sem perder de vista o aspecto ético em relação às pessoas. Educação não se faz só ouvindo e falando, mas coexistindo. Nesse contexto, o educador precisa, constantemente, educar-se e reeducar-se.

O Documento da Unesco: "Educação, um Tesouro a Descobrir", propõe princípios que norteiam a educação mundial (lembro aqui, que não podemos interpretar somente educação acadêmica, escolar e sim a educação como um direito de todo o cidadão em todas as fases de sua vida) os quatro pilares: Aprender a Conhecer; Aprender a Fazer; Aprender a Viver Juntos e, Aprender a Ser. Podemos muito bem fazer uma relação entre os quatro pilares com a proposta da LDB (Lei de Diretrizes e Bases) 9394/96, explicitados nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) do Ensino Fundamental, onde se trabalha os Conteúdos Conceituais, Procedimentos Atitudinais.

Esclarecemos através da tabela nº 1.

Documentos da Unesco	PCNs
<p>Aprender a Conhecer</p> <p>Cultura geral trabalhada em todas as áreas de conhecimento. Aprender a aprender, beneficiando-se da educação ao longo de toda a vida.</p>	<p>Conteúdos Conceituais</p> <p>Conceitos e fatos do currículo estabelecendo uma relação complementar de dependência mútua entre os diversos tipos de conteúdo.</p>
<p>Aprender a fazer</p> <p>Adquirir além da qualificação profissional as competências que tornem a pessoa apta a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe.</p>	<p>Conteúdos Procedimentais</p> <p>Inserção em uma rede de significados mais ampla na estrutura cognitiva dos alunos. A aprendizagem deve ser significativa onde o aluno possa atribuir-lhe significado, elabore ou construa uma representação, um modelo pessoal de ação. Desenvolvimento das habilidades e competências.</p>
<p>Aprender a viver juntos, a viver com os outros</p> <p>Desenvolvimento da compreensão do outro e a percepção das interdependências. Respeito pelos valores do pluralismo e da compreensão mútua e da paz realizando projetos comuns e preparação para gerir conflitos.</p>	<p>Conteúdos Atitudinais</p> <p>Tendências ou disposições adquiridas e relativamente duradouras a avaliar de um modo determinado um objeto, pessoa, acontecimento ou situação e a atuar de acordo com essa avaliação. Os componentes básicos da atitude são o componente cognitivo (conhecimentos e crenças); componente afetivo (sentimentos e preferências) e, componente de conduta (ações manifestas e declarações de intenção).</p>
<p>Aprender a Ser</p> <p>Desenvolvimento da personalidade buscando maior capacidade da autonomia, de discernimento e de responsabilidade pessoal. Trabalhar todas as potencialidades do indivíduo: memória, raciocínio, sentido estético, capacidades físicas, aptidão para comunicar-se.</p>	<p>Conteúdos Atitudinais</p> <p>Tendências ou disposições adquiridas e relativamente duradouras a avaliar de um modo determinado um objeto, pessoa, acontecimento ou situação e a atuar de acordo com essa avaliação. Os componentes básicos da atitude são o componente cognitivo (conhecimentos e crenças); componente afetivo (sentimentos e preferências) e, componente de conduta (ações manifestas e declarações de intenção).</p>

Tabela nº 1 Comparação entre proposta da UNESCO e LAB

Fonte: a autora

Os princípios dos pilares da educação, previstos no documento que norteia a educação mundial, devem nortear o projeto pedagógico da escola em sua proposta como um todo e, os conteúdos descritos nos PCNs devem nortear principalmente o currículo da escola, visando a formação integral da personalidade do educando e não somente se preocupando na formação acadêmica. Toda escola tem esse compromisso, em parceria com a família.

O papel formativo de todo cidadão é de responsabilidade de toda a sociedade. Vejamos o que a LDB 9394/96 afirma em seu artigo 1º:

"A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais".

Como escola, instituição exclusiva formativa, temos um compromisso ainda maior com a formação de novos cidadãos. Tal fato remete coerência na teoria e na prática, por parte de toda Comunidade Educativa.

2.4 Missão da Educação Básica

A realidade atual vem caracterizada pelo pluralismo cultural, por uma vertiginosa rapidez nas conquistas científicas, evolução tecnológica, mudanças de costumes e hábitos e pela presença crescente dos meios de comunicação social, quase sempre ligados a interesses de minorias transnacionais e ideológicas. Diante desse quadro, aumentam as propostas de vida, alterando-se os princípios, os fundamentos, as raízes até da religiosidade, cultivando-se um subjetivismo absoluto, chegando-se a negar a necessidade de uma transcendência.

Em conseqüência, são necessários organismos e instituições educativas que, adaptando-se aos tempos, preservem, vivam e comuniquem os valores humanos e éticos.

A escola é um espaço de vida e não somente um lugar acadêmico. Portanto, desenvolvemos a seguir algumas características consideradas importantés que precisam estar contempladas no projeto pedagógico da instituição educacional de educação básica, visando um mundo mais humano e ético, onde todo o ser humano, ao cumprir com seus deveres perante a sociedade, possa ter seus direitos garantidos e respeitados.

2.4.1 Educação e Sensibilidade

Para iniciarmos o presente tema, citaremos parte da palestra de Rubens Alves (1996, p.56), com breve adaptação, no I Congresso da Escola Particular Gaúcha, falando sobre Educação e Sensibilidade. Dizia ele:

"Já há alguns anos carrego comigo uma grande metáfora; trata-se de um pensamento meu, com inspiração em Santo Agostinho e que resume toda a minha filosofia de vida, porque educação não é questão de métodos eficazes de ensinar. Há algum tempo falei sobre professores e educadores: professores eram como eucaliptos e educadores como jequitibás. Hoje, digo que os professores ampliam o conhecimento do mundo; educadores são feiticeiros que transformam cores. Os professores nos dão conhecimento de quilhas, remos e âncoras, porém os educadores nos dão sonhos de horizontes e terras que nós nunca visitamos.

Sabemos muito sobre âncoras, velas e quilhas, mas onde estão os sonhos de nossas escolas? Para ser um educador, antes de tudo, não se trata apenas de competência no seu saber; é preciso que você tenha sonhos. Navegar é preciso; viver não é preciso. Esse verso causa confusão nas pessoas, porque elas acham que o sentido é do verbo precisar; não é do verbo precisar, e sim de ter precisão. Navegar é coisa precisa; existem as estrelas, as bússolas. Viver não é coisa precisa. Navegar é coisa de ciência; viver é coisa de sabedoria. Como eu queria que os mestres fossem coisa de sabedoria! O sábio é aquele que ensina a degustar coisas que são dignas de serem conhecidas. Então, antes de mais nada, precisamos ter uma filosofia, saber qual o caminho e para qual horizonte devemos nos direcionar".

Prazer e alegria são importantes na educação da sensibilidade. Vivemos para a alegria, e esse é o objetivo para tudo o que realizamos, sejam rotinas cotidianas, ciência, tecnologia ou política. As coisas práticas que fazemos são apenas meios para se chegar ao fim almejado, isto é, o prazer e a alegria. Não importa de que forma, pois é irrelevante, porém as escolas elegem, como propósito primeiro da educação, a transmissão e expansão do saber.

Precisamos, para um maior entendimento do que pretendemos passar, explicar a diferença entre prazer e alegria.

Entendemos que o prazer necessita de um objeto; torna-se imprescindível a presença deste para que o prazer se concretize. Saciado o instante prazeroso, o prazer logo se esgota; esta é uma das características do prazer. Ao contrário, para a existência da alegria não há obrigatoriedade da presença do objeto; basta a lembrança de alguma coisa. A alegria não se esgota.

O saber é coisa indispensável à vida; pertence à ordem dos meios para a sobrevivência. Sem ele morreríamos. Mas este, por si mesmo, não educa a sensibilidade, que é pré-condição para o saber e a alegria.

Sensibilidade é o nome que se dá a uma relação com o mundo, marcada pelo "degustar". Sensibilidade é a qualidade da sabedoria. "Sábio", etimologicamente, significa: "eu saboreio". Educar para a sensibilidade é ensinar a arte de saborear. A sensibilidade não é um dom natural. Ela é social, cultural.

O gosto pela literatura, pela comida, pela música, pela poesia, pelo brinquedo, pela ciência e até mesmo pelo sexo é coisa que precisa ser ensinado e aprendido. O professor, assim, mais que um transmissor do saber, é o feiticeiro que desperta, no interior do aluno, a sensibilidade adormecida.

Segundo ALVES, (1996, p.57), a "educação se resume em duas partes: o ensino dos meios - útil e o ensino dos fins - fruição. Há que se ensinar as utilidades, há que se ensinar os saberes e há que se ensinar os sabores";

A nossa tarefa como educadores, além de ensinar as coisas da utilidade que são fundamentais para a vida, é também ensinar a esses homens e mulheres a felicidade do cotidiano que nos rodeia. A vida de um professor terá valido a pena se ele tiver ajudado alguma criança, algum adolescente a descobrir a beleza de viver.

2.4.2 Educação e Cidadania

Muito se fala em cidadania, entretanto acredito que nós não sabemos qual é, exatamente, o seu significado. Afinal, quando dizemos que a meta maior da educação é formar para a cidadania, o que estamos entendendo por isso?

"Cidadania é o efetivo de compartilhar determinadas condições que vão fazer com que o homem se construa enquanto humanidade e nesse sentido se diferencie dos animais e os outros seres vivos sobre a terra", diz o Professor Antonio Joaquim Severino (1992).

Para isso, compartilha três condições:

a) Ser cidadão é compartilhar efetivamente da produção de bens e serviços e compartilhar da possibilidade de consumir aquilo que se produz.

Participar da produção de bens e serviços. Isso significa ter trabalho, entendido como todas as formas de ação, sejam elas materiais ou espirituais que o homem desencadeia no transcurso de sua existência, tanto para assegurar as suas condições de vida, e as suas condições enquanto homem, indivíduo e digo mais, enquanto humanidade.

Estamos num processo de franca recessão na área do emprego; empregos formais cada vez menos numerosos. O mercado informa; um bico aqui, outro bico ali, e a preocupação com a comida em cima da mesa no dia seguinte, sem possibilidades de novas alternativas. Quais as condições do homem brasileiro, enquanto cidadão, em construir-se como homem e como humanidade? Esta é a primeira condição para a maioria das pessoas.

Hoje não é possível que todos os brasileiros se insiram no mundo laborial, quer formal, quer informal, quer autônomo, ou outras frentes de trabalho. A condição primeira, que possibilita a sobrevivência, não é garantida para todos os brasileiros; a segunda, que é consumir o que é produzido, também não está assegurada a todo o cidadão. Praticamente 80% da população brasileira está excluída da possibilidade de consumir o que se produz, sem falar do direito à saúde, à moradia, ao transporte, e de outras melhorias que são produzidas pelo próprio homem e que garantem uma condição melhor de vida, como o lazer e a cultura.

Quantos vão ao teatro, compram livros e conseguem possuir assinaturas de revistas e jornais? A primeira condição de cidadania não está cumprida. Não há a efetiva participação na criação de bens e serviços e não existe o verdadeiro compartilhar dos produtos que a sociedade contemporânea disponibiliza.

b) Ser cidadão é compartilhar dos bens culturais

Compartilhar dos bens culturais significa ter acesso ao saber, portanto, ter educação, ter acesso à literatura, à formação permanente, ter acesso à cultura como um bem efetivamente disponível e democrático. Seríamos cidadãos se tivéssemos desejo de fazer um curso superior, mestrado ou doutorado, e se tal possibilidade estivesse à mão de todos.

Não ocorre ao menos a concretização do direito de oito anos de escolaridade para toda a população, nem a alfabetização de adultos, do ensino supletivo, do lazer, da cultura do corpo, da **Internet**, ou do uso de todas as formas de comunicação que a modernidade disponibiliza. Hoje o mundo está interligado, mas apenas pequena parcela deste mundo têm acesso; a maioria continua excluída. Sob este segundo ponto de vista também não somos cidadãos.

c) Ser cidadão é o efetivo compartilhar do poder

O efetivo compartilhar da gestão da sociedade. Ora, todos nós deveríamos ser educados para sermos potencialmente governantes. Todos nós deveríamos estar prontos para o cargo de governador, deputado, prefeito, vereador. Isso não acontece. Nem a escola se preocupa, nem tem tido condições históricas de enfrentar os governantes. Nessa perspectiva não somos cidadãos, porque a maior parte da população não é sujeito de deveres e nem de direitos.

O que significa então educar para a cidadania? Educar para a cidadania significa o compromisso da escola com a efetiva democratização do saber para participar da sociedade e do saber para entrar no mundo do trabalho. Essa é a função da escola!

O nosso dever é assegurar a todos a melhor escola, a melhor qualidade, sem nenhuma concessão; não podemos admitir nenhuma criança fora da escola da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio). Isso também significa não reprovar, e essa prerrogativa tem direta relação com a qualidade da escola.

Assegurar a qualidade, em tempos remotos, era compromisso dos educadores que não admitiam que uma criança não fosse alfabetizada no final da primeira série. Assim, quando se fala em educar cidadãos, devemos pensar em conhecimento experimental e vivo de toda a sociedade.

A educação voltada à cidadania não pode prescindir de valores democráticos, de valores plurais, críticos, de liberdade, sob pena de retrocedermos para um ensino parcial, subjetivo, em desacordo com a sociedade democrática, caracterizando a doutrinação para um determinado sistema.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (1 990, p.52), avançou ainda mais e afirma: "O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

É dever de todos velar pela dignidade de crianças e adolescentes, pondo-os à salvo de qualquer tratamento desumano, aterrorizante ou constrangedor”.

Paralelamente aos direitos e deveres das crianças e adolescentes, é fundamental qualificarmos os nossos recursos humanos. Precisamos preparar crianças e adolescentes para que compreendam a realidade e se façam cidadãos, ao invés de consumidores passivos, manipuláveis por todo tipo de mentira que perpassa a política do país.

Sabemos que a educação básica visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho, a construção de um referencial para julgar a qualidade do ensino. Buscando esses fins à luz da educação libertadora, supõe-se que explicitemos a concepção antropológica e a teoria do conhecimento.

O ser humano é aberto ao processo de crescimento, de busca, por isso, somente ele pode dar sentido ao seu prazer e agir historicamente. O ser humano é um ser histórico, um ser dotado de consciência e autoconsciente, um ser de relações. É no ato de conhecer para refazer a história, recriá-la e não no simples deixar-se levar pela mesma que o homem se refaz, passando a existir como ser humano. Colocar obstáculos à comunicação é reduzir os sujeitos a objetos.

Portanto, a comunicação, o diálogo, na escola ou fora dela, antes de ser um processo técnico, é uma exigência da própria natureza humana.

FIORI (1998), em sua concepção de educação nos explica: "é esforço permanente do homem por constituir-se e reconstruir-se, buscando a forma histórica em comunhão social. Esse encontro tem um nome: autonomia e liberdade". Prossegue dizendo: "A educação é um ato de conhecimento, e este uma aproximação crítica da realidade; é porque, por um lado, o ser humano tem uma curiosidade natural frente ao mundo. Por outro, ser aproximação é ser sempre inacabado”.

A educação libertadora, em nosso entendimento, tem boas perspectivas com relação às possibilidades de ajudar na construção de uma sociedade mais justa, fraterna, pluralista e sem preconceitos, bem como na construção ou conquista da cidadania. É a solidariedade que marca a construção da nova cidadania, onde todos possam sentir-se incluídos na sociedade.

2.4.3 Educação e Interação da Família e Escola

Percebemos que a escola e a família são duas instituições que, com o passar dos anos, têm vivenciado profundas transformações. De um lado, a família vem passando por significativas reestruturações.

A cada dia convivemos com novas realidades da família (casamentos desfeitos, novos casamentos, filhos buscando referenciais, culpas, busca de felicidade); de outro lado, a escola, que recebe alunos oriundos das mais diferentes realidades familiares, precisando abrir espaço para tais realidades, aproximando-se do aluno e de sua família e não os marginalizando.

O ser humano não é capaz de promover transformações numa sociedade, antes que ele passe pela transformação do seu próprio crescimento, que é adquirido pela construção, dia após dia, do seu "ser gente".

A contribuição da família para a maturidade emocional do indivíduo é, por um lado, dar-lhe a oportunidade de voltar a ser dependente a qualquer momento; por outro lado, permitir-lhe trocar os pais pela família mais ampla, saindo dessa em direção ao círculo social imediato, abandonando essa unidade por outras ainda maiores, que, a certa altura tomam-se agrupamentos políticos, religiosos e sociais.

Qual é o papel da família? Contribuir com muito amor e desprendimento, a cada instante, na construção de um ser independente, criativo, livre, justo e feliz, priorizando a comunicação estabelecida no seio familiar, através do diálogo que fornece abertura aos questionamentos e às mudanças.

Por outro lado nos perguntamos, qual é o papel da escola? Conseguir que cada aluno desenvolva seus talentos, busque o sentido da vida, se realize na medida de suas possibilidades, seja um indivíduo feliz, cultivando as dimensões humana e ética, vivendo na fraternidade e solidariedade.

O projeto pedagógico da escola de educação básica deve responder às necessidades do ser humano e integrar-se às formas peculiares que permitam expressar seus valores.

2.4.4 Formação Permanente do Educador

Na realidade tecnológica que estamos vivenciando, com todas as implicações e desafios dela decorrentes, o educador necessita de mais sonhos, aliados à competência do seu saber.

Precisa ser um facilitador e possuir inteligência interpessoal, para que a comunicação com seus alunos ocorra de forma satisfatória. O educador é o construtor do saber, de uma nova sociedade, de seres em franca mutação. Jamais os recursos da tecnologia o substituirão, e sim apenas algumas de suas atividades e atribuições.

Para que exista a escola cidadã, hoje, este deve ter formação para atuar em sala de aula, ser mediador do conhecimento, dominar a utilização de recursos naturais e tecnológicos na aprendizagem.

DEMO (1998), no desenvolvimento do tema "Perfil do Professor Moderno", destaca os aspectos a seguir:

. O professor precisa aprender a pesquisar e, é sobretudo nesse sentido que se alega ser a pesquisa o centro do exercício profissional moderno, porque, sem ela, o profissional envelhece rapidamente, os conteúdos se tornam obsoletos, novas tecnologias sobrevêm no campo da atuação, os espaços ficam mais competitivos. Muito mais importante que arranjar um caminho na universidade, é mantê-lo atualizado. A proposta de "educar pela pesquisa", buscando nesta alternativas para uma aprendizagem mais reconstrutiva, caminhos mais seguros de caráter emancipatório é uma das bases fundamentais da aprendizagem.

. O professor precisa saber elaborar com mão própria. Podemos ressaltar pelos menos três tópicos da importância da elaboração individual. É fundamental para viabilizar o projeto pedagógico próprio e coletivo, para dar conta de material didático próprio, em especial quando se refere ao compromisso de garantia da aprendizagem do aluno, e, é essencial para termos condição efetiva de introduzir inovações didáticas próprias, no sentido preciso de nos tornarmos sujeitos capazes de fazer proposta.

. O professor precisa saber teorizar sua prática. Trata-se de combinar criativamente teoria e prática, admitindo ambas como razão da pesquisa ou do questionamento reconstrutivo.

O professor precisa de atualização permanente. O desafio pode ser visualizado sob dois aspectos principais: como "socialização" do conhecimento nos patamares representados por seminários, encontros, palestras, que mesmo podendo ser sistemáticos, não garantem condições adequadas de aprendizagem, pois não levam à pesquisa e elaboração própria. O nível desejado é o da "recapacitação própria", compreendendo-se assim cursos que garantam a aprendizagem adequada, ou seja, sejam baseados em pesquisa e elaboração própria.

. O professor precisa saber produzir e usar instrumentação eletrônica a serviço da educação, tornando evidentes dois desafios:

- a. de um lado, trata-se dos meios disponíveis para fins de socialização mais acessíveis de conhecimento e informação;
- b. de outro, trata-se de produzir materiais didáticos através de meios eletrônicos, passando o professor, de mero receptor, para autor de propostas criativas, tendo sempre por meta contribuir para uma aprendizagem mais efetiva dos alunos.

. O professor precisa avançar em direção à interdisciplinaridade do conhecimento. Um ambiente e uma aprendizagem interdisciplinar também oferecem mais condições para a criatividade, a inovação.

. O professor precisa rever sua teoria e prática de avaliação, com o objetivo de aprimorar o processo de aprendizagem do aluno.

A formação permanente é um dos caminhos para que o professor recupere o seu lugar. A escola necessita oportunizar aos seus educadores momentos fortes de formação, convivência, fraternidade, interiorização, para que os mesmos sejam fortalecidos como seres humanos que buscam o sentido de viver.

2.4.5 Educação Emocional

A escola passa por transformações significativas, pressionada pela humanidade em constante mutação. A educação tem um papel insubstituível na formação da personalidade do indivíduo, para a qual família e escola precisam comungar objetivos comuns.

A criança e o adolescente estão em permanente contato com os meios sociais de comunicação, os quais transmitem quotidianamente a violência, o mundo virtual, imaginário, e outros não compatíveis com a natureza humana que busca a fraternidade, o amor e a integração harmônica com o transcendente, o outro, o biológico e o social. Frente a tal realidade, a escola sente necessidade de trabalhar e destacar a importância da educação emocional em seu projeto pedagógico.

Entende-se por inteligência emocional o conjunto necessário de habilidades para que o ser humano possa compreender, gerenciar e expressar os valores e aspectos sociais e emocionais da vida, permitindo o manejo bem sucedido de tarefas, tais como: formação de relacionamentos, solução dos problemas diários e adaptação às complexas demandas e exigências do seu crescimento e desenvolvimento. Esta inclui a auto-consciência, o controle da impulsividade, o trabalho cooperativo e o interesse sobre si e os outros.

A inteligência emocional relaciona-se ao desenvolvimento de inúmeras habilidades, tais como: motivar-se e persistir face às possíveis frustrações; controlar impulsos, canalizando emoções para situações apropriadas; a prática de gratificação prorrogada; motivar pessoas, ajudando-as a liberar seus talentos e conseguir o engajamento das mesmas a objetivos de interesse comum.

Em sua obra a respeito, Daniel Goleman mapeia a inteligência emocional em habilidades:

. Auto-conhecimento emocional

Reconhecer a ocorrência de um sentimento é a chave da inteligência emocional. Pessoas com essa habilidade são melhores pilotos de suas vidas.

. Controle emocional

É a habilidade de lidar com seus próprios sentimentos, adequando-os à situação.

. Automotivação

Dirigir emoções a serviço de um objetivo é essencial para manter-se determinado a alcançar o que se propõe, para ficar sempre no controle da situação e tornar a mente criativa na busca de soluções.

. Reconhecimento de emoções em outras pessoas

Permite reconhecer necessidades e desejos de outros, oportunizando-lhes relacionamentos mais eficazes.

. Relacionamentos interpessoais

A arte do relacionamento é, em grande parte, a habilidade de gerenciar sentimentos em outros; é a base de sustentação de popularidade, liderança e eficiência interpessoal.

As três primeiras habilidades relacionadas acima constituem o que identificamos por inteligência interpessoal; as outras duas como inteligência intrapessoal. A primeira entende-se como um conjunto das habilidades de autoconhecimento emocional e automotivação; volta-se à formação de um modelo verdadeiro e preciso de si mesmo, para ser usado de forma afetiva e construtiva.

A inteligência interpessoal, por sua vez, pode ser identificada como um conjunto de habilidades para entender outras pessoas; o que as motiva, como trabalham e como trabalhar cooperativamente com elas.

Aprendendo a identificar, controlar a emoção e solucionar problemas, o aluno poderá ser capaz de participar da vida em grupo, terá o seu reconhecimento e, conseqüentemente poderá analisar e tentar resolver conflitos, diminuir a agressividade e encontrar o ponto gerador da paz.

Pode-se considerar que, para os aspectos da educação acima abordados, os caminhos passem pela organização da sociedade em busca da melhoria da qualidade do ensino. Porém, parece ser nesse ponto que a sistematização do projeto pedagógico com fundamentações legais e institucionais pode assumir duplo significado; o primeiro, por ser um espaço que permite a proposição de soluções que superem parte dos problemas mencionados através da análise de situações geradas pela reorganização do trabalho pedagógico; o segundo, por ser uma via de organização da comunidade escolar em torno de interesses comuns.

3. PROJETO PEDAGÓGICO E SEUS FUNDAMENTOS

O projeto pedagógico exige profunda reflexão sobre as finalidades da escola, assim como a explicação de seu papel social e a clara definição de caminhos, formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo. Para tal, a escola precisa estar assegurada na legislação em vigor e nos seus pressupostos filosófico-sociológicos e epistemológicos.

3.1 A LDB 9394/96 e o Projeto Pedagógico

A LDB (Lei de Diretrizes e Base da Educação) nº 9394/96, em seu art. 12 e 13, estabelece que, ao respeitar as normas comuns e as do sistema de ensino, os Estabelecimentos de Ensino devem elaborar e executar sua proposta pedagógica e os docentes incumbir-se-ão de participar da elaboração da citada proposta.

É importante salientar também que o art. 15 evidencia que "os sistemas de ensino assegurarão, às unidades escolares públicas de educação básica que os integram, progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público."

Percebemos, dessa forma, que a autonomia da escola é uma questão de direito para garantir a identidade institucional, ou melhor, cada unidade escolar é uma unidade de negócios. Para ser autônoma, a escola deve conceber em sua proposta pedagógica a sua identidade, executá-la e avaliá-la considerando a realidade social, cultural e política da comunidade escolar, local e mundial.

A LDB trata do Projeto Pedagógico, utilizando-se de várias nomenclaturas. Chamamos a atenção para a variedade terminológica empregada pelo legislador: proposta pedagógica (arts. 12 e 13), projeto pedagógico (art. 14), o que poderá trazer interpretações diversas sobre conceitos e, obviamente, práticas operacionais.

O projeto pedagógico ou proposta pedagógica trata, portanto, de sistematização dos aspectos situacionais, teóricos e gerenciais/funcionais da instituição escolar. Trata também de plano de trabalho em seu art. 13, querendo fazer referência ao detalhamento das ações dos diversos setores da escola, garantindo a prática do projeto pedagógico.

Para auxiliar na busca de referenciais sobre o Projeto Pedagógico da Educação Básica na LDB 9394/96, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos, indicamos a figura nº 01, na página seguinte.

Legislação/ Temas		Projeto Pedagógico	Plano Curricular	Regimento	Projetos
LDB 9394/96		Arts. 12, 13, 14.	Arts. 12, 26, 27, 28.	Art. 24	Art. 13
Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	Educação Infantil Parecer CEB nº 22/98	Itens 1,2,3,6 e 7.	Itens 2, 3 e 7.	Item 7.	Itens 2 e 7.
	Ensino Fundamental Parecer CEB nº 04/98	Itens II, V, VII	Itens III, IV, V	Itens IV, VII	Itens IV, VI
	Ensino Médio Parecer CEB. nº 15/99	Itens 4, 1, 5, 1 e 6	Itens 4.2, 4.5, 4.7, 5.1, 5.2, 5.3	Itens 4.1, 4.6, 6	Itens 4.2, 4.3, 4.4, 4.7
	Educação de Jovens e Adultos Parecer CEB nº 11/2000	Itens II: 2 e IX	Itens III: 4: IX	Item III: 2.	Item VIII

Figura nº1: Referenciais na LDB 9394/96 e nas Diretrizes Curriculares Nacionais sobre o Projeto Pedagógico e seus documentos complementares.

Fonte: a autora

A LDB 9394/96, em seu Título V, define quais os níveis e modalidades da Educação e Ensino, que descrevemos na figura nº 2, abaixo:

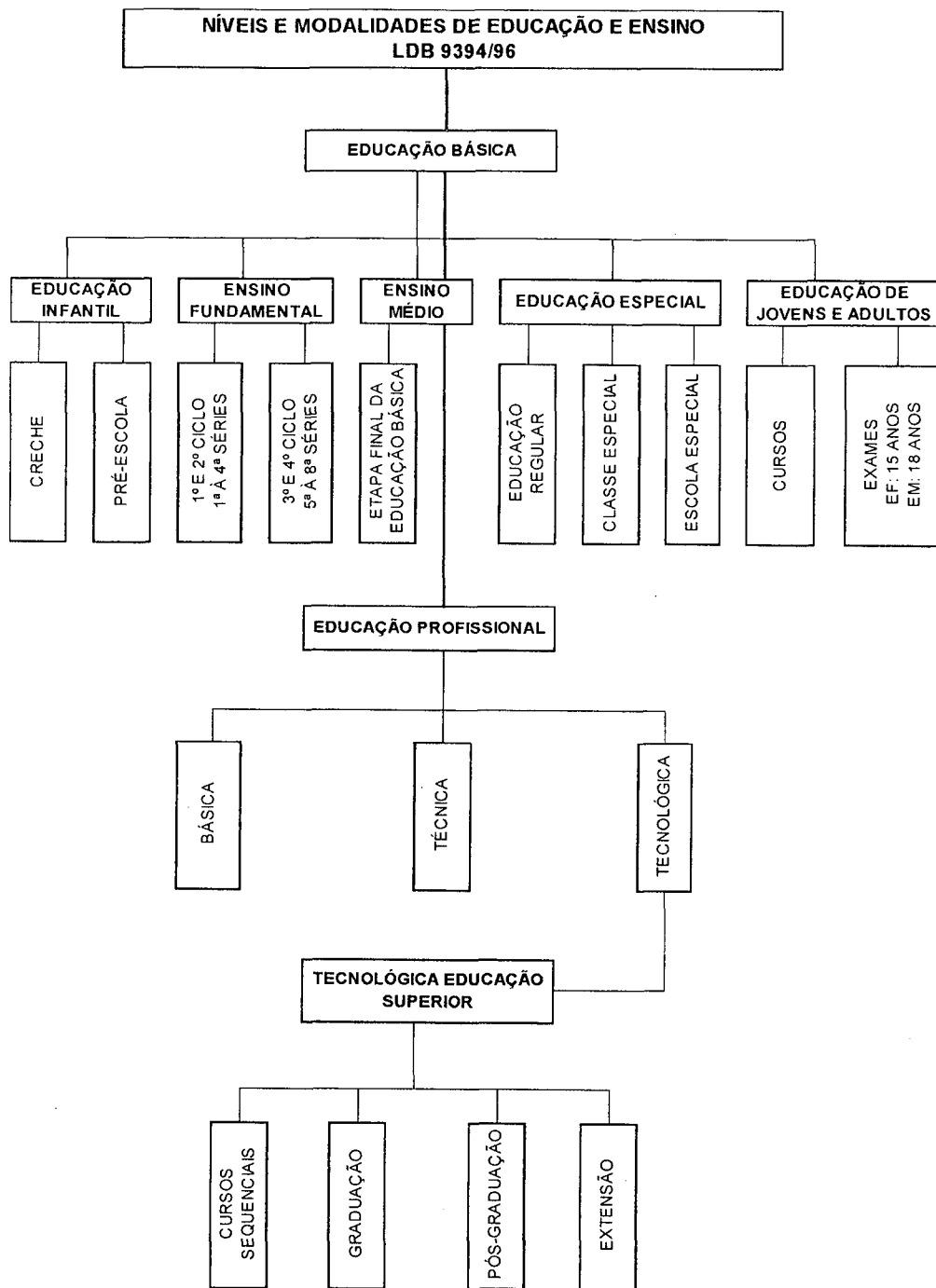


Figura nº 2 LDB 9394/96

Fonte: a autora, 2001

Descrevemos as finalidades dos níveis descritos na legislação vigente:

. Educação Básica

Tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

. Educação Profissional

Será integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia; conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva.

. Educação Superior

Tem por finalidade:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando a difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geral na instituição.

O art. 9º, inciso IV, da LDB assinala ser incumbência da União.. "estabelecer, em colaboração com os Estados, Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a Educação Infantil, Ensino fundamental e o Ensino Médio, que nortearão os currículos e os seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar a formação básica comum." Dessa forma, a Câmara de Educação Básica do CNE (Conselho Nacional de Educação) exerceu a função deliberativa sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Temos, portanto, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, para a Educação Infantil, Parecer CEB nº 022/98, aprovado em 17/12/98; para o Ensino Fundamental, Parecer CEB nº 041/98 aprovado em 29/01/98; para o Ensino Médio, Parecer CEB nº 15/98, aprovado em 1/6/98; e, para a Educação de Jovens e Adultos, Parecer CEB nº 11/2000, aprovado em 10/05/2000.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica pressupõe, portanto, que o CNE, em suas funções normativas e de supervisão, apóie o princípio de flexibilidade e descentralização de ações que devem ser sinônimos de responsabilidade compartilhadas.

Cada unidade escolar do país tem 25% do "fazer escola" como escolha pessoal na Parte Diversificada (LDB art. 26) e os outros 75% estão apoiados na Base Nacional comum, previsto em legislação; portanto, define-se aí um paradigma curricular referindo-se a uma forma de organizar princípios Éticos, Políticos e Estéticos que fundamentam a articulação entre Áreas de Conhecimento e aspectos da Vida Cidadã.

Dessa forma, ao definirem suas propostas pedagógicas e seus regimentos, as escolas estarão compartilhando princípios de responsabilidade, num contexto de flexibilidade teórico/metodológico de ações pedagógicas, em que o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação dos processos educacionais revelem sua qualidade e respeito à equidade de direitos e deveres de alunos e professores.

Diretrizes Curriculares Nacionais, segundo o DCN 04/98, referem-se ao "conjunto de definições doutrinárias sobre princípios, fundamentos e procedimentos na Educação Básica", expressas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, que orientarão as escolas brasileiras dos sistemas de ensino, na organização, na articulação, no desenvolvimento e na avaliação de suas propostas pedagógicas.

Assim, as escolas, na elaboração de suas propostas pedagógicas devem se nortear pelas Diretrizes Curriculares Nacionais. Veremos a seguir o que cada uma estabelece como princípios norteadores:

. Educação Infantil

1. Educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos, supõe definir previamente para que sociedade isso será feito e como se desenvolverão as práticas pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em sua vida de cidadania plena. Para que assim aconteça, é importante que as Propostas Pedagógicas de Educação Infantil tenham qualidade e definam-se a respeito dos seguintes fundamentos norteadores:

- a. Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b. Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;
- c. Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, da Qualidade e da Diversidade de manifestações Artísticas e Culturais.

2. Na definição de suas Propostas Pedagógicas, as instituições de Educação Infantil deverão explicitar o reconhecimento da importância da identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade educacional no contexto de suas organizações.

3. As Propostas Pedagógicas para as instituições de Educação Infantil devem promover, em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível.

Dessa forma, “ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se, cuidar-se, agir e responsabilizar-se” são partes do todo de cada indivíduo, menino ou menina, que desde bebês vão, gradual e articuladamente, aperfeiçoando tais processos nos contatos consigo próprios, com as pessoas, coisas e o ambiente em geral.

4. Ao reconhecerem as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprias, com os demais e o meio ambiente de maneira articulada e gradual, as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.

Assim, os conhecimentos sobre espaço, tempo, comunicação, expressão, a natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e a educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia.

5. As Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e registro de etapas alcançadas nos cuidados e educação para crianças de 0 a 6 anos, "sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental". (LDB art. 31).

6. As Propostas Pedagógicas das creches para as crianças de 0 a 3 anos, de classes e centros de educação infantil para as de 4 a 6 anos, devem ser concebidas, desenvolvidas, supervisionadas e avaliadas por educadores, com pelo menos o diploma de curso de Formação de Professores.

Deverá ser dessa maneira, mesmo que da Equipe Educacional participem outros profissionais das áreas de Ciências Humanas, Sociais e Exatas, ou familiares das crianças. Da direção das instituições de Educação Infantil deve participar, necessariamente, um educador, com no mínimo o Curso de Formação de Professores.

7. Conforme a LDB (arts. 12 e 14), as Instituições de Educação Infantil, devem, através de suas propostas pedagógicas e de seus regimentos, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do espaço físico, do horário e do calendário, que possibilitem a adoção, a execução, a avaliação e o aperfeiçoamento das demais diretrizes.

. Ensino Fundamental

Para orientar as práticas educacionais do Ensino Fundamental o Conselho Nacional de Educação estabelece as seguintes Diretrizes Curriculares Nacionais:

1. As escolas deverão estabelecer, como norteadores de suas ações pedagógicas:

- a. os Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- b. os Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do exercício da Criticidade e do respeito à Ordem Democrática;
- c. os Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, e da Diversidade de Manifestações Artísticas e Culturais.

2. Na definição de suas propostas pedagógicas, as escolas deverão explicitar o reconhecimento da identidade pessoal de alunos, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade escolar e de seus respectivos sistemas de ensino.

3. As escolas deverão reconhecer que a aprendizagem se constitui na interação entre os processo de conhecimento, linguagens e afetivos, como consequência das relações entre as distintas identidades dos vários participantes do contexto escolarizado, através de ações inter e intrasubjetivas; as diversas experiências de vida dos alunos, professores e demais participantes do ambiente escolar, expressas através de múltiplas formas de diálogo, devem contribuir para a constituição de identidades afirmativas, persistentes e capazes de protagonizar ações solidárias e autônomas de constituição de conhecimentos e valores indispensáveis à vida cidadã.

4. Em todas as escolas, deverá ser garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional; a Base Nacional Comum e sua Parte Diversificada deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer a relação entre a Educação Fundamental e:

- a. a Vida Cidadã, através da articulação entre vários dos seus aspectos como: a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, o trabalho, a ciência e a tecnologia, a cultura, as linguagens;
- b. as Áreas de Conhecimento de Língua Portuguesa, Língua Materna (para populações indígenas e migrantes), Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Estrangeira, Educação Artística, Educação Física, Educação Religiosa.

5. As escolas deverão explicitar, em suas propostas curriculares, processos de ensino voltados para as relações com sua comunidade local, regional e planetária, visando a interação entre a Educação Fundamental e a Vida Cidadã; os alunos, ao aprenderem os conhecimentos e valores da Base Nacional Comum e da Parte Diversificada, estarão também constituindo suas identidades como cidadãos em processo, capazes de ser protagonistas de ações responsáveis, solidárias e autônomas em relação a si próprios, às suas famílias e às comunidades.

6. As escolas, conforme os (arts. 12 e 13) da SLB, utilizarão a Parte Diversificada e suas propostas curriculares, para enriquecer e complementar a Base Nacional Comum, propiciando, de maneira específica, a introdução de projetos e atividades do interesse de suas comunidades.

7. Conforme o exposto na LDB, (arts 12 a 14), as Escolas devem, através de suas propostas pedagógicas e de seus regimentos, em clima de cooperação, proporcionar condições de funcionamento das estratégias educacionais, do espaço físico, do horário e do calendário escolar, que possibilitem a adoção, a execução, a avaliação e o aperfeiçoamento das demais Diretrizes,

Ensino Médio

Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio é um documento onde procura-se encontrar a identidade do Ensino Médio.

Na maior parte das escolas brasileiras o referido curso se tornou um preparativo para os vestibulares. Com as demandas educacionais mais contemporâneas e as iniciativas mais recentes que os sistemas de ensino do mundo todo vêm articulando para respondê-las, a LDB busca conciliar humanismo e tecnologia, conhecimento dos princípios científicos que presidem a produção moderna e exercício da cidadania plena, formação ética e autonomia intelectual. Esse equilíbrio entre as finalidades "personalistas" e "produtivistas" requer uma visão unificadora, um esforço para superar os dualismos e, ao mesmo tempo, diversificar as oportunidades de formação.

Vejam, conforme as DCN, como o Ensino Médio está estruturado:

1. Retrata uma pequena introdução;
2. O papel do Conselho Nacional de Educação onde relatam a obrigatoriedade legal e consenso político, a educação pós obrigatória no Brasil como exclusão a ser superada, as bases legais do Ensino Médio brasileiro, o ensino médio no mundo numa transformação acelerada e as respostas necessárias do CNE para o Ensino Médio;
3. Os fundamentos Estéticos, Políticos e Éticos do novo Ensino Médio brasileiro, orienta as escolas que em suas práticas administrativas e pedagógicas, que em suas formas de convivência no ambiente escolar, os mecanismos de formulação e implementação de políticas, os critérios de alocação de recursos, a organização do currículo e das situações de aprendizagem. Os procedimentos de avaliação, deverão ser coerentes com os valores estéticos, políticos e éticos que inspiram a Constituição e a LDB, organizados sob três consígnias: "sensibilidade, igualdade e identidade";
4. As Diretrizes para uma pedagogia da qualidade onde as escolas observarão, na gestão, na organização curricular e na prática pedagógica e didática, as diretrizes da identidade, diversidade e autonomia; um currículo voltado para as competências básicas; a interdisciplinaridade; a contextualização; a importância da escola; a base nacional comum e a parte diversificada e a formação geral e preparação básica para o trabalho;
5. A organização curricular da base nacional comum do Ensino Médio, respeitando a organização curricular e proposta pedagógica; os saberes das áreas curriculares; a descrição das áreas de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, das Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias e das Ciências Humanas e suas Tecnologias;
6. A implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio num processo de ruptura e de transição. Percebemos que as medidas legais representam, no entanto, passos preparatórios para as mudanças reais na educação brasileira, em sintonia com as novas demandas de uma economia aberta e de uma sociedade democrática.

Estará nas mãos das instituições escolares e respectivas comunidades a construção coletiva e permanente de propostas e práticas pedagógicas inovadoras que possam dar resposta às novas demandas.

Educação de Jovens e Adultos

Ao se tratar de Educação de Jovens e Adultos, retratamos uma situação de analfabetismo na qual as raízes são de ordem histórico-social. No Brasil, tal fato resulta do caráter subalterno atribuído pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes desses grupos ainda hoje sofrem as conseqüências de uma realidade histórica.

A rigor, esses segmentos sociais, com especial razão negros e índios, não eram considerados como titulares do registro maior da modernidade: uma igualdade que não reconhece qualquer forma de discriminação e de preconceito com base em origem, raça, sexo, cor, idade, religião e sangue entre outros. Fazer a reparação dessa realidade, dívida inscrita em nossa história social e na vida de tantos indivíduos, é um imperativo e um dos fins da EJA, pois reconhece para todos o princípio da igualdade. Desse modo, a EJA propicia:

- . uma **função reparadora**, que significa não só a entrada no circuito dos direitos civis pela restauração de um direito negado, mas o direito a uma escola de qualidade;
- . uma **função equalizadora**, que vai dar cobertura a trabalhadores e a tantos outros segmentos sociais como donas de casa, migrantes, aposentados e encarcerados, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética e na abertura dos canais de participação;
- . **uma função permanente**, tarefa de proporcionar a todos a atualização e conhecimentos por toda a vida.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos em sua estrutura apresenta:

- I. Breve introdução;
- II. Fundamentos e Funções da EJA;

1. Definições prévias.
2. Conceitos e funções da Educação de Jovens e Adultos.

III. Bases Legais das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos:

1. Bases legais: histórico;
2. Exames;
3. Cursos à distância e no exterior;
4. Plano Nacional de Educação.

IV. Bases históricas da Educação de Jovens e Adultos no Brasil:

V. Iniciativas públicas e privadas.

VI. Alguns indicadores estatísticos da situação da EJA.

VII. Formação docente para a educação de jovens e adultos.

VIII. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação de Jovens e Adultos

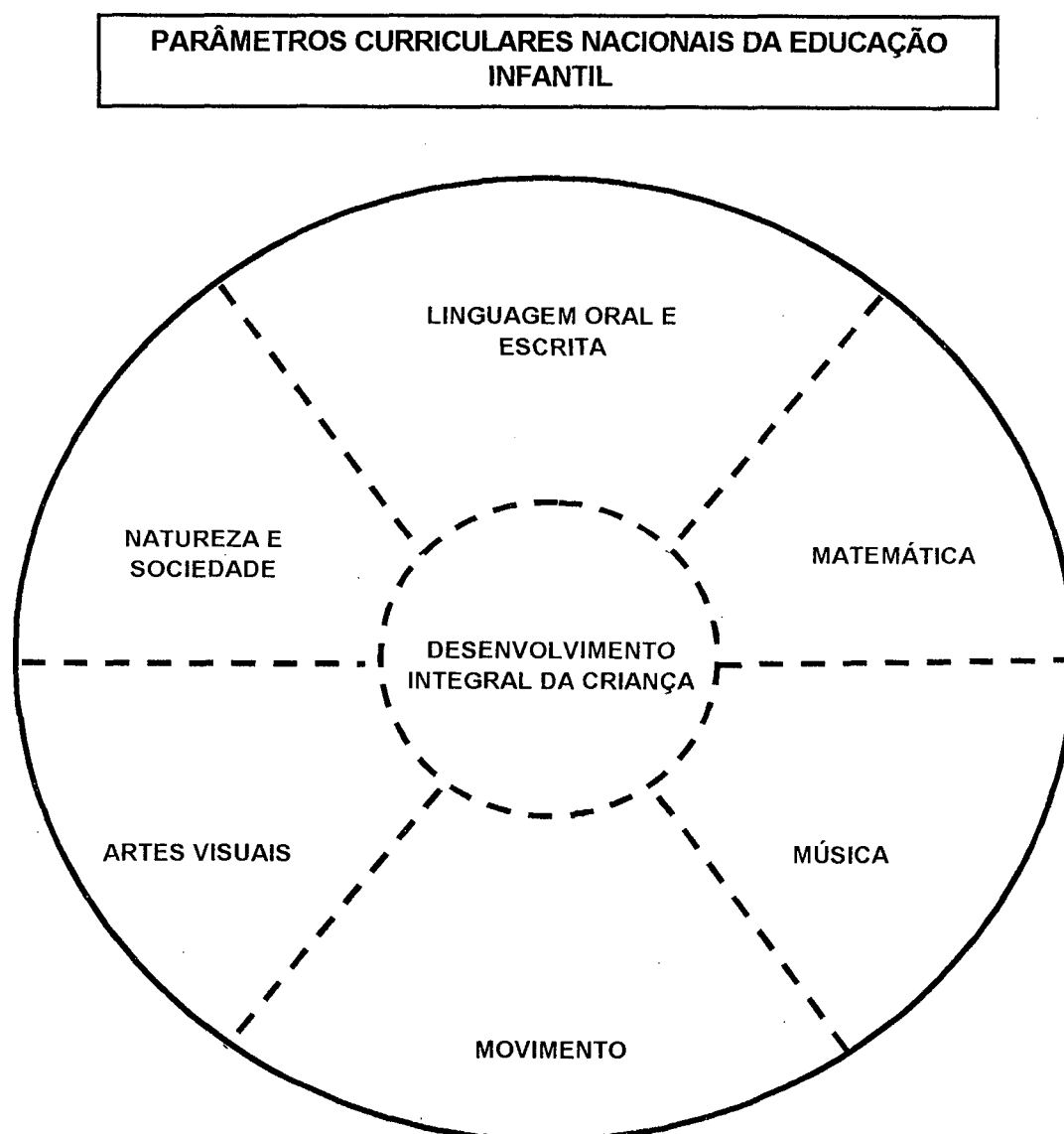
IX. O direito à educação.

Quando o Brasil oferecer, ao seu povo, condições reais de inclusão na escolaridade e na cidadania, os "os brasis", ao invés de mostrarem apenas a face perversa e dualista de um passado ainda em curso, poderão efetivar o princípio de igualdade de oportunidades, de modo a revelar méritos pessoais e riquezas insuspeitadas de um povo e de um país uno em sua multiplicidade, moderno e democrático.

Assim, que as Escolas possam considerar, na definição de seus Projetos Pedagógicos, as Diretrizes Curriculares Nacionais, bem como, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os quais possuem por finalidade apresentar as linhas norteadoras da proposta de reorientação curricular que a Secretaria de Educação do Município e do Desporto oferece a Secretarias de Educação, escolas, instituições formadoras de professores, instituições de pesquisa, editoras e a todas as pessoas interessadas em educação, dos diferentes estados e municípios brasileiros. Os Parâmetros Curriculares Nacionais nascem da necessidade de se construir uma referência curricular nacional para o ensino fundamental, que possa ser discutida e traduzida em propostas regionais nos diferentes estados e municípios brasileiros, em projetos educativos nas escolas e nas salas de aula e, que possam garantir a todo aluno de qualquer região do país o direito a acessar os conhecimentos indispensáveis para a construção de sua cidadania. Constam, a seguir, as figuras nas quais se mostra a estrutura dos PCNs de cada modalidade de ensino:

Figura 3

A Educação Infantil, buscando a sua identidade educacional, visa educar e cuidar das crianças de 0 a 6 anos, integrando os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo, linguísticos e sociais através das áreas de conhecimento da Linguagem Oral e Escrita, Matemática, Natureza e Sociedade, Movimento, Artes Visuais e Música.

**Figura 3:** PCNs da Educação Infantil

Fonte: a autora

Figura 4

O Ensino Fundamental se estrutura em Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Arte, Educação Física e Língua Estrangeira. Os Parâmetros Curriculares Nacionais apontam também a importância de discutir, na escola e na sala de aula, questões da sociedade brasileira, como as ligadas a Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo ou a outros temas que se mostrem relevantes.

Para cada uma das áreas e para cada um dos temas referidos há um documento específico que parte de uma análise do ensino da área ou do tema, de sua importância na formação do aluno do ensino fundamental e, em função disso, apresenta uma proposta detalhada em objetivos, conteúdos, avaliação e orientações didáticas. A explicitação desses itens é feita por ciclos, sendo que cada ciclo corresponde a dois anos de escolaridade.

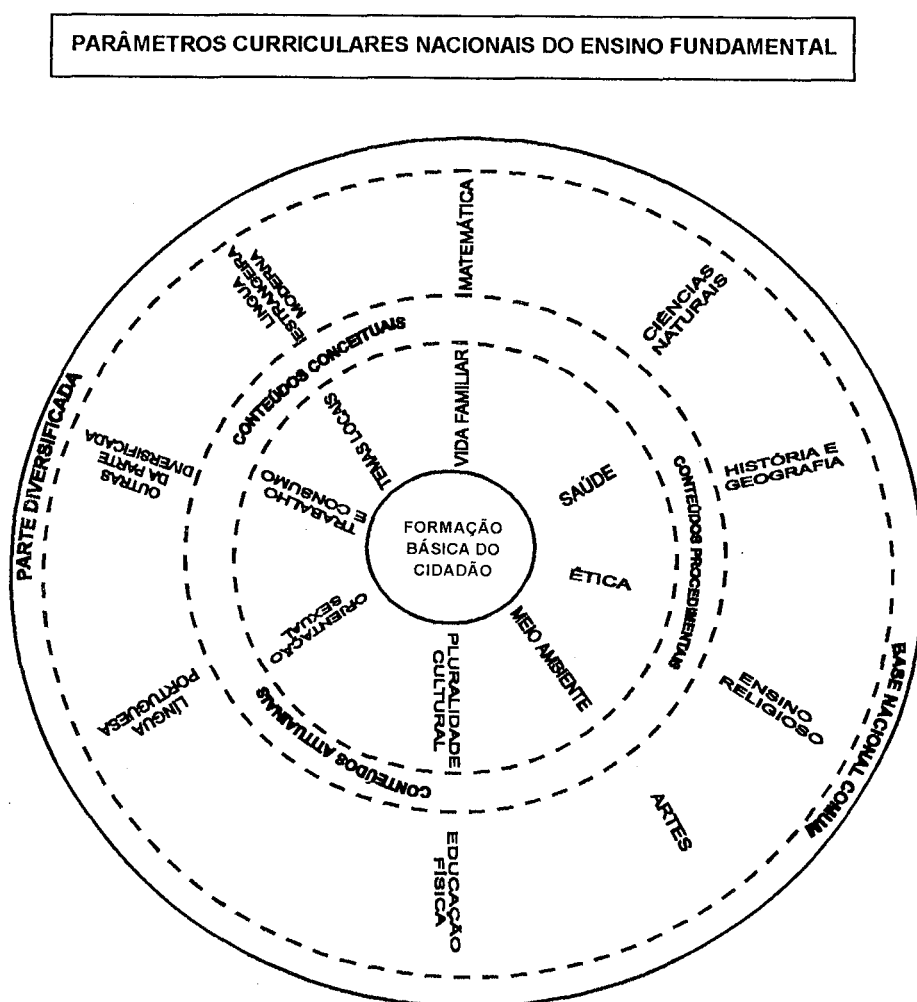


Figura 4: PCNs do Ensino Fundamental

Fonte: a autora

Figura 5

O Ensino Médio no Brasil chegou a um novo perfil para o currículo, apoiado em competências básicas para a inserção de nossos jovens na vida adulta, buscando dar significado ao conhecimento escolar, mediante a contextualização, a interdisciplinaridade e incentivar o raciocínio e a capacidade de aprender. Se estrutura trabalhando as áreas de ciências humanas e suas tecnologias com os conhecimentos de história, geografia, filosofia e sociologia; áreas de linguagens e códigos e suas tecnologias com os conhecimentos de informática, artes, educação física, língua estrangeira moderna e língua portuguesa; áreas de ciências da natureza matemática e suas tecnologias com os conhecimentos de biologia, física, química e matemática.

Frente à legislação nacional, cada Estado, através do Conselho Estadual de Educação incumbir-se-á de: organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do poder público; elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios; autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino; baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS DO ENSINO MÉDIO

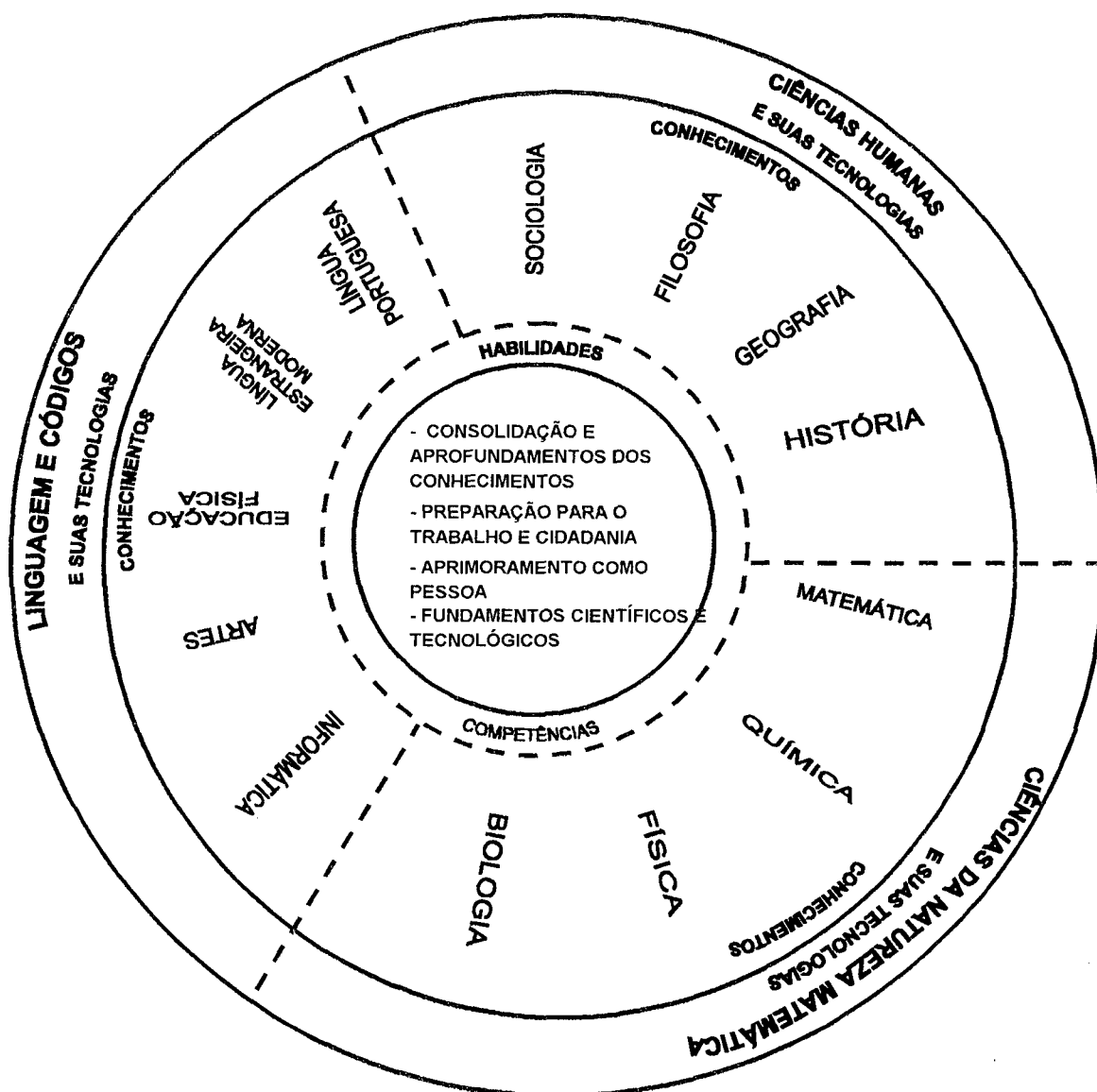


Figura nº 5: PCNs do Ensino Médio

Fonte: a autora

3.2 Pressupostos norteadores do Projeto Pedagógico

Podemos considerar alguns pressupostos norteadores do Projeto Pedagógico, visto que parte do compromisso de solucionar os problemas da educação, do currículo e do processo ensino-aprendizagem da escola. São eles: filosófico-sociológicos, epistemológico e didático-metodológico.

Os pressupostos **filosófico-sociológicos** consideram a educação como compromisso político do poder público para com a população, visando a formação do cidadão participativo para um determinado tipo de sociedade. A escola guarda relação com o contexto social mais amplo. Ora, para sabermos o que as escolas precisam construir e que espécie de cidadãos queremos formar, nós precisamos saber para que sociedade estamos rumando. Definido o tipo de sociedade que queremos construir, discutiremos qual a concepção de educação correspondente. A educação é direito de todos e não deve se constituir em um serviço, uma mercadoria, sendo transformada num processo centrado na ideologia da competição e da qualidade para poucos.

A educação básica deve estar alicerçada nas múltiplas necessidades humanas. Trata-se de um processo articulador das relações sociais, culturais e educacionais, como sugerido pelas indagações seguintes:

- . Qual é o contexto filosófico, sociopolítico, econômico e cultural em que a escola está inserida?
- . Que concepção de homem se tem?
- . Que valores devem ser defendidos na sua formação?
- . O que entendemos por cidadania e cidadão?
- . Em que medida a escola contribui para a cidadania?
- . Em que dimensão a escola propicia a vivência da cidadania?
- . A formação da cidadania tem sido o fio condutor do trabalho pedagógico da escola?
- . Até que ponto a escola se preocupa em colocar o sujeito (aluno) como centro do processo educativo?
- . Como a escola deve responder às aspirações dos alunos, dos pais e dos professores?
- . Qual é o papel da escola diante de outros espaços formadores?

Os pressupostos **epistemológicos** consideram que o conhecimento é construído e transformado coletivamente.

Nesse sentido, o processo de produção do conhecimento deve pautar-se, sobretudo, na socialização e na democratização do saber. O conhecimento escolar é dinâmico e não mera simplificação do conhecimento científico; e, se é dinâmico, deve adequar-se à faixa etária e aos interesses dos alunos. A análise do processo de produção do conhecimento escolar amplia a compreensão sobre as questões curriculares. O conhecimento produzido pela pesquisa parte do concreto e da prática que precede a teoria, de modo que esta só tem sentido quando articulada com aquela. O importante é a garantia da unicidade entre teoria e prática, conhecimento geral e específico, conteúdo e forma e dimensão técnica e política. É preciso muita intencionalidade para provocar mudanças no processo de produção do conhecimento. O conhecimento deixa de ser visto numa perspectiva estática e passa a ser focado como processo.

LEITE, (1994, p.13), aponta duas dimensões básicas do conhecimento: conhecimento-produto e conhecimento-processo, afirmando:

“Na qualidade de produto, o conhecimento parece ser estático, acabado, evolutivo e acumulativo, pois se resume a um conjunto de informações neutras, objetivas e impessoais sobre o real elaborado e sistematizado no trabalho de investigação da realidade. Na qualidade de processo, o conhecimento é dinâmico, está envolto por um contexto de controvérsias e divergências, traz subjacente uma série de compromissos, interesses e alternativas que contestam sua condição de objetividade e neutralidade”.

Diante do acima citado, elaboramos as seguintes questões:

- . Qual é, então, o papel de professores e especialistas,, uma vez que existe a compreensão entre os mesmos de que a construção do conhecimento é condição para a formação do educando?
- . O que significa construir o conhecimento no campo da educação básica? Como construir um conhecimento interdisciplinar e globalizador, conseguindo, de fato, trabalhar o específico e avançar para a compreensão das relações sociais?
- . Como avançar a prática pedagógica, de maneira que o conhecimento seja trabalhado como processo e, dessa forma, contribuir para a autonomia do aluno, do ponto de vista intelectual, social e político, favorecendo a cidadania?
- . Como a relação ensino/ pesquisa pode favorecer essa construção? Como definir o essencial e o complementar na organização do currículo?

- . Em que nível o aluno deve participar da organização dos programas escolares?
- . De que forma partir do conhecimento trazido pelo estudante, para relacioná-lo com o novo conhecimento?
- . Como propiciar a aquisição de conhecimentos e habilidades intelectuais aliada às atitudes de cooperação, co-responsabilidade, iniciativa, organização e decisão?
- . Como viabilizar a compreensão das relações sociais que o trabalho gera, com relações sociais mais amplas por meio de conteúdos curriculares históricos, críticos, criativos, não tomados em si, mas à luz do trabalho em questão?
- . Qual é a concepção de conhecimento, currículo, ensino, aprendizagem e avaliação?

O projeto pedagógico construído pela própria comunidade escolar é o definidor de critérios para a organização curricular e a seleção de conteúdos, embora o Estado, legitimamente constituído, assuma o papel de formulador de políticas integrativas, principalmente com o intuito de preservar a unidade nacional, respaldado na legislação que estabelece as prescrições mais amplas, em termos dos fundamentos, princípios e orientações.

Com relação aos pressupostos didático-metodológicos, entende-se que a sistematização do processo ensino-aprendizagem precisa favorecer o aluno na elaboração crítica dos conteúdos, por meio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa que valorizem as relações solidárias e democráticas. Como sugestões metodológicas, podemos citar: pesquisa de campo, oficinas pedagógicas, trabalhos em grupo, debate e discussão, estudo dirigido, estudo de texto, demonstração em laboratórios, oficinas escolares, entrevistas, observações das práticas escolares, visitas, estágios, cursos e outros.

Os pressupostos didático-metodológicos sugeridos devem pautar-se em um trabalho interdisciplinar, que significa bem mais do que a compatibilização de métodos e técnicas de ensino e pesquisa. Há necessidade de ampliar a perspectiva de pesquisa como princípio educativo. O que fundamenta o processo de ensino-aprendizagem tem profunda relação com os princípios da pesquisa do cotidiano escolar.

Como tudo isso se relaciona com a construção do projeto pedagógico e a atividade docente? A LDB, em seu art. 13, incumbindo os docentes da tarefa de participar da elaboração, da execução e da avaliação do projeto pedagógico, explicita a importância da presença dos professores como sujeitos vinculados a processos de

socialização, indivíduos que se reúnem numa prática intencionada, na qual têm oportunidade de combinar o fazer pedagógico com a reflexão.

Nesse sentido, a ação prático-reflexiva resulta em propostas, planos de ensino, atividades e novas formas de organização do trabalho pedagógico.

3.3 Projeto Pedagógico - Projeto de Cidadania

Se a pretensão da legislação é inscrever a escola na ordem das mudanças institucionais exigidas pelo atual momento histórico, presume-se a necessidade da construção de um projeto educativo, assumido pela comunidade escolar e estruturado em articulações coerentes.

Esse projeto, com uma unidade interna que se expressa na intencionalidade política, articulando a ação educativa a um projeto histórico, ao definir a concepção de conhecimento e a teoria da aprendizagem que orientarão as práticas pedagógicas, confere coerência interna à proposta, associando teoria e prática.

Segundo VEIGA, (1995, p.11 e 12),

“a escola é o lugar de concepção, realização de seu projeto educativo, uma vez que necessita organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Nessa perspectiva, é fundamental que ela assuma suas responsabilidades, sem esperar que as esferas administrativas superiores tomem essa iniciativa, mas que lhe dêem as condições necessárias para levá-la adiante. Para tanto, é importante que se fortaleçam as relações entre escola e sistema de ensino”.

À luz do processo de mudança, é possível definir a qualidade da educação sob diferentes perspectivas epistemológicas e distintas dimensões analíticas e praxiológicas. Salienta-se que as mudanças a seguir indicadas interligam-se, formando uma positiva reação em cadeia, razão pela qual devem balizar o estabelecimento de uma política e linhas de ação, tanto por parte dos sistemas quanto das escolas. São bases da mudança pretendida:

a. A centralidade da escola: No sistema de ensino, a reflexão sobre a qualidade abrange os aspectos extrínsecos - o contexto político e econômico. Importa em preocupação com a esfera individual, que prioriza a subjetividade e a autonomia criadora dos participantes do sistema educacional.

Além disso, refere-se à qualidade coletiva, dando prioridade à equidade na construção e na distribuição dos conhecimentos socialmente válidos. Perspectivas ou dimensões são dialeticamente articuladas a um conceito abrangente de qualidade de educação, embora apareçam analiticamente distintas.

Concebe-se a escola cidadã como aquela que luta pela qualidade da educação para todos, abrangendo a totalidade da ação educacional como processo político-cultural e técnico-pedagógico de formação social e de construção, bem como de distribuição de conhecimentos científicos e tecnológicos socialmente significativos e relevantes para a cidadania.

b. Novos desafios na administração pública e na gestão da educação: os quais implicam a construção de um referencial mais estável, que ajude na eliminação das administrações “relâmpagos”, garantindo a continuidade da política educacional ao longo de sucessivos governos, avaliação da eficácia no processo de mudança política e retomada de confiança por parte dos professores e da comunidade escolar em geral, nas políticas apresentadas a cada início de governo. A perspectiva sugere, também, para a gestão educacional, uma ruptura histórica da atual prática administrativa, efetivada no interior das escolas. Passar de uma administração autoritária a uma gestão democrática da educação, implica um compromisso sociopolítico, com o enfrentamento concreto e objetivo das questões da exclusão, da reprovação e do não-acesso, que reforçam, pela escola, a marginalização das classes populares. Com base nessa visão, o enfoque da competência administrativa, no interior da unidade escolar, busca comprometer a todos os envolvidos na gestão da escola, estabelecendo um novo horizonte de relações de colaboração recíproca. Entretanto, é algo a ser conquistado historicamente. A escola que se pretenda cidadã, precisa construir uma gestão democrática que qualifique os atores como autores de uma práxis histórica de expressão e impulso produtivo de uma educação verdadeiramente pública.

c. Clareza quanto ao ato de inovar: sem compreensão do enfoque dado ao termo inovar, pode-se cair num ecletismo espontaneísta, gerando atomização de ações que, pela ausência de orientação pedagógica definida, contribui para a diferenciação cada vez maior entre as escolas.

A falta de padrões e programas comuns de funcionamento e de conteúdos básicos propostos pode levar à desarticulação do processo, historicamente construído na direção da democratização do saber. Assim, os sistemas de ensino, ao proporem a elaboração do projeto político-pedagógico pelas escolas, devem ter claro que a introdução de uma inovação em um meio/local altera-lhe o equilíbrio.

Alguns apóiam a mudança e até podem participar, outros resistem, tornando o conflito inevitável. No entanto, deve ser encarado como estágio necessário e até construtivo na implementação de inovações.

O processo de inovação pressupõe intencionalidade, conhecimento da situação, dos recursos disponíveis, dificuldade e limitações e, principalmente, tempo. Segundo GADOTTI, (1994, p.31), o tempo de inovação requer "tempo político (momento oportuno); tempo institucional (questão escolar); tempo escolar (calendário - não adianta inovar no final da gestão) e existe um tempo a fim de amadurecer as idéias". Com base em tais colocações, pode-se sentir a perplexidade dos professores e especialistas quando conclamados a elaborar o projeto da escola. As mudanças em educação constituem uma série de processos e uma pluralidade de relações de alto nível de complexidade, que são sempre difíceis de desenvolver com acerto, principalmente pelo fato de que a inovação educativa deve ser pensada como um processo cujo perfil e cujas características devem ser respeitados para que ela se faça séria e comprometida.

d. Projeto pedagógico como proposta dos sistemas de ensino: a escola cidadã, autônoma e participativa, somente se completa com o desenvolvimento de um projeto pedagógico capaz de aglutinar os esforços na busca de melhores resultados para os alunos. O projeto pedagógico configura-se como um instrumento de trabalho que mostra o que vai ser feito, quando, de que maneira e por quem, para chegar aos resultados desejados. Deve, para tanto, explicitar uma filosofia e harmonizar as diretrizes da educação nacional com a realidade da escola, traduzindo-lhe autonomia e definindo-lhe o compromisso com a clientela. É a valorização da realidade da escola e um chamamento à responsabilidade dos agentes com as racionalidades interna e externa. A idéia implica uma relação contratual, isto é, uma aceitação do projeto por todos os envolvidos (figura 6); daí a importância de ser elaborado participativa e democraticamente.

“Não se constrói um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo” (GADOTTI, 1994; VEIGA, 1995). Isso significa que cada sistema educativo caracteriza-se pela relação existente entre finalidades e objetivos, os quais, por sua vez, são produto do sistema de valores e normas implícitas correspondentes às aspirações, às estruturas e às forças determinantes das sociedades que lhes dão origem. Nesse sentido, atrelada a uma proposta político pedagógica do sistema de ensino, a escola deve ter autonomia para estabelecer seu projeto. A ausência de uma proposta em nível de sistema pode contribuir sobremaneira para o aparecimento de inúmeras dificuldades na elaboração do projeto pedagógico das escolas.

Segundo SANDER (1995, p. 147):

“a orientação da política educacional deve ser de índole nacional. A política nacional de educação deve traduzir-se num núcleo curricular mínimo que visa preservar a unidade cultural do país, fortalecer a sua capacidade de construção do conhecimento científico e brindar oportunidades iguais de acesso ao desenvolvimento tecnológico. Ao plano nacional de estudos, devem somar-se os conteúdos locais, com o objetivo de preservar e promover a heterogeneidade cultural e satisfazer as necessidades sociais e demandas políticas das comunidades locais”.

O objetivo da orientação política colocada pelo autor é evitar o debilitamento, no sentido de deixar toda a responsabilidade de uma tarefa educativa ao grupo de educadores da escola. Certamente, ninguém poderá fazer pela escola aquilo que só ela pode fazer. A escola, com o diretor, o corpo docente, os pais, os alunos e os funcionários, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres, precisa examinar a própria realidade específica e local, as dificuldades e organizar-se para vencê-las. Não há plano empacotado por qualquer órgão, por melhor que seja. Faz-se necessário considerar que qualquer melhoria do ensino depende, sobretudo, do estímulo à criação de condições e recursos para que as escolas possam melhorar.

Nesse sentido, dentro de uma escola, por maior que seja a diversidade de seus componentes, é necessário que todos tenham bem definidos os propósitos comuns da instituição e se organizem em função deles. Uma política educacional inteligente e honesta pode, com uma proposta pedagógica direcionando-lhe os rumos, suscitar a melhoria do ensino a partir de sua base - a escola.

Figura nº 6

Representação de todos os grupos da Instituição escolar e da comunidade que devem estar envolvidos na elaboração do projeto pedagógico



Figura nº 6: Envolvidos no processo do Projeto Pedagógico

Fonte: a autora

e. Descentralização, autonomia e participação: Nunca o discurso de autonomia, cidadania, participação e descentralização ganhou tanta força no espaço escolar. Acredita-se que será possível apreender grande parte da mentalidade pedagógica recente se a atenção for focalizada nos usos dessas palavras, uma vez que se tornaram sagradas e, como tais, portadoras, no seu uso, de crenças e modismos intelectuais que condicionam as discussões e as propostas de soluções para os problemas atuais.

Detalhamos os três fatores importantes na elaboração do Projeto Pedagógico:

Autonomia

A preocupação com a autonomia tem-se traduzido pela ênfase dada pelos governos na construção, pela própria escola, do projeto pedagógico. Os "tempos são democráticos" poderia ser o argumento de uma resposta afirmativa. Nesse caso, é preciso estimular a autonomia da escola, revelando assim que, numa visão administrativa, esta, no máximo, vai ser estabelecida por meio de um regimento que institua alguns mecanismos facilitadores. Entretanto, se for apenas o oposto, tudo continuará do mesmo jeito; somente uma autonomia concedida pelas secretarias, pelo governo. Ter consciência dessas questões apresentadas parece ser uma etapa de fundamental importância para o engajamento dos educadores em busca de uma ação pedagógica autônoma. Cabe aos mesmos a condução desse processo, compartilhando com os alunos o desvelamento da realidade que está sendo ofuscada pelos interesses da política neoliberal. Se, por um lado, a escola tem se prestado ao exercício de um papel comprometido com os interesses postos por esse modelo, por outro, existem brechas e espaços que podem ser preenchidos e ocupados como maneira de resistir. No que tange aos projetos das escolas, estudos realizados apontam para avanços obtidos por muitas delas no desenvolvimento de propostas pensadas e realizadas coletivamente.

Resta às escolas aproveitar o espaço, garantido novas possibilidades para o futuro, rumo à construção da escola cidadã.

Descentralização educativa

Ao contrário da tradição autoritária e paternalista da vida pública, impõe-se hoje um salto qualitativo: passar de uma política em que tudo emana e se espera do governo para uma política de participação de toda a sociedade. Para tanto, requer-se elaboração de planos/programas nacionais, estaduais ou municipais, advindos da mobilização da sociedade civil. Os governos passam, mas a sociedade fica. Assim, educação básica do cidadão é, e sempre será, um dever do Estado. A descentralização apenas inverte a pirâmide do sistema, realçando a escola e modificando as atribuições das esferas administrativas. É um aspecto em que são fundamentais outras mudanças: gestão descentralizada e democrática em todos os níveis; diretores eleitos, abertura à participação por meio de conselhos, colegiados e outros; fluxo de comunicação constante entre as diferentes esferas e setores; desburocratização, desregulamentação e transparência no processo decisório; autonomia financeira da escola, entre outras.

Participação cidadã

Está comprometida com a conquista da democracia política e a prática efetiva da democracia social, capaz de superar as desigualdades econômicas, políticas e culturais que ameaçam o desenvolvimento humano e a segurança coletiva. Uma estratégia que pressupõe a democratização da gestão escolar deve ser o resultado da consolidação de práticas de discussão coletiva permanente do processo educativo. O assunto é muito complexo e envolve não apenas o próprio problema da participação comunitária, mas também a mudança de mentalidade de todos os envolvidos na tarefa educativa.

f.Organização coletiva dos educadores: Diante dos desafios da profissionalização, pressupõe-se que os educadores, como cidadãos de uma nova época, explicitem os propósitos que definem a intencionalidade e a dimensão das transformações necessárias no ambiente escolar, a fim de que sua atuação não se restrinja a legitimar políticas, programas oficiais ou simples inovações metodológicas que atingem, apenas, o âmbito da sala de aula, sem preocupação com um projeto maior: o de comprometimento de qualquer prática pedagógica com um projeto pedagógico.

g. Acordos e parcerias: Na busca de uma pedagogia de qualidade, de construção da cidadania, a universidade pode desempenhar papel primordial, caso se aproprie dos novos e antigos meios de produção e disseminação de conhecimentos, adequando-os às realidades culturais. A universidade não precisará alterar seus objetivos consubstanciados através do ensino, da pesquisa e da extensão. Em cada uma dessas esferas existe espaço mais do que suficiente para repensar as atividades que ela desenvolve.

Concluindo, cidadania é um conceito em evolução, cujas diversas dimensões adquirem relevância variada no decurso do tempo e em virtude do desenvolvimento das formações históricas. Embora percebido sob ângulos diferentes pelas diversas correntes do pensamento que participam da construção ideológica do conceito, o direito à educação, como preparo ao exercício da cidadania, é indiscutível. Esse direito, um dos direitos sociais, constitui-se em instrumento básico para a construção da cidadania, possibilitando assim o exercício dos demais direitos civis, sociais e políticos. A educação, entretanto, não constitui a cidadania, mas na busca de transformação, a escola e a sociedade planejam e realizam ações que viabilizam o processo de qualificação do ensino, hoje possível através do projeto pedagógico.

4. PROJETO PEDAGÓGICO E SUA ESTRUTURA

O Projeto Pedagógico da escola, em sua construção, precisa estar sistematizado a partir da realidade da mesma e da comunidade onde está inserida, dos aspectos históricos, convicções, princípios que a sustentaram até então. A sua efetivação acontecerá a partir da construção coletiva, do envolvimento da comunidade escolar e da dinâmica de ação-reflexão-ação, em que o corpo técnico-pedagógico-administrativo e docente se comprometem com o planejamento e a prática. A qualidade da efetivação do Projeto Pedagógico é fruto da reflexão, do planejamento de ações, da avaliação dos resultados e do trabalho coletivo.

Existem vários caminhos para a construção do projeto pedagógico. Enfatizam-se aqui os movimentos do processo de construção desse projeto, marcados por três atos bem distintos, porém interdependentes.

a. Ato Situacional: descreve o histórico e a realidade na qual desenvolvemos nossa ação; é o desvelamento da realidade sociopolítica, econômica, educacional e ocupacional.

Implica levantar questões, tais como:

- . Como compreendemos a sociedade atual?
- . Qual é a realidade de nossa escola em termos: legais, históricos, pedagógicos, financeiros, administrativos, físicos e materiais e de recursos humanos? Quais são os dados demográficos da região em que se situa a escola?
- . Qual é a população-alvo da escola?
- . Quais suas características em termos de nível socioeconômico, cultural e educacional?
- . Qual o papel da educação/escola nessa realidade?
- . Qual a relação entre a escola e o mundo do trabalho?
- . Quais as principais questões apresentadas pela prática pedagógica?
- . O que é prioritário para a escola?
- . Quais as alternativas de superação das dificuldades detectadas?

A reflexão de questões dessa natureza leva ao reconhecimento de que:

Diz FERREIRA NETO, (1996, p.21) que... “em suas forças e fraquezas, de maneira transparente, a compreensão dos movimentos educativos que se processam no seu interior, o estabelecimento das relações existentes entre o fazer pedagógico e as questões sociais mais amplas, bem como as relações de mútua interdependência são fatores determinantes a serem considerados na elaboração do projeto pedagógico da escola”...

O ato situacional significa, portanto, ir além da percepção imediata. É o momento de desvelar os conflitos e as contradições postas pela prática e reconfigurá-la, fortalecida pela reflexão teórico-prática.

b.O ato teórico: diz respeito à concepção ou visão de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem e outros. Diante da realidade situada, retratada, constatada e documentada cabem as seguintes indagações:

- . Que referencial teórico, ou seja, que concepções se fazem necessárias para a transformação da realidade?
- . Que tipo de alunos queremos formar?
- . Para qual sociedade?
- . O que significa ser uma escola voltada para a educação básica? Que experiências queremos que nosso aluno vivencie no dia-a-dia de nossa escola?

- . Quais as decisões básicas referentes *ao que, para que, e a como ensinar, articulados ao para quem?*
- . O que significa construir o projeto pedagógico como prática social coletiva?

As questões levantadas geram respostas e novas indagações por parte da direção, de professores, funcionários, alunos e pais e da sociedade em geral.

O esforço analítico da realidade constatada possibilitará a identificação de quais finalidades estão relegadas e precisam ser reforçadas e priorizadas, e como estas poderão ser detalhadas e retrabalhadas. Nesse momento conceitual, devem também ser considerados os eixos norteadores do projeto, discutidos anteriormente.

A reflexão sobre o trabalho pedagógico, descrevendo-o, problematizando-o, analisando os componentes ideológicos que o sustentam, vai configurando uma matriz teórica que permitirá a participação de toda a comunidade escolar em sua concretização. Por sua vez, a definição dessa matriz teórica propiciará a revisão do trabalho pedagógico desenvolvido pela escola e, conseqüentemente, da sua própria organização.

Para SERAFIN, (1987, p.205), “essa prática é uma contínua atividade de investigação e reflexão na ação e sobre a própria ação”, uma vez que se vai fundamentando em uma teorização sobre o atuado. Supõe, pois, uma prática de construção de organização e uma prática dos atores.

A escola tem que pensar o que pretende, do ponto de vista político e pedagógico. Há um alvo a ser atingido pela mesma: a produção e a socialização do conhecimento, das ciências, das letras, das artes, da política e da tecnologia, para que o aluno possa compreender a realidade socioeconômica, política e cultural, tornando-se capaz de participar do processo de construção da sociedade.

- c. O ato estratégico: orienta-nos quanto a como realizar nossa ação. É o momento de posicionarmos-nos com relação às atividades a serem assumidas para transformar a realidade da escola. Implica, também, a tomada de decisão de como vamos atingir nossas finalidades, nossos objetivos e nossas metas. Na operacionalização do projeto pedagógico, o que se faz é verificar acertos e erros nas decisões tomadas e o que é preciso revisar ou reformular, considerando as diferentes circunstâncias, podendo tornar-se necessário tanto alterar determinadas decisões, quanto introduzir ações completamente novas.

As decisões básicas para a execução dizem respeito à proposição de medidas de ação coletiva, no sentido do aperfeiçoamento do ato teórico. É preciso ter presente algumas indagações:

- . Quais as decisões necessárias para a operacionalização?
- . Como redimensionar a organização do trabalho pedagógico?
- . Qual o tipo de gestão?
- . Quais as ações prioritárias? São exeqüíveis?
- . Qual o papel específico de cada membro da comunidade escolar?
- . Quais os recursos disponíveis para a escola realizar seu projeto?
- . Quais os critérios gerais para elaboração do calendário escolar, horários letivos e não-letivos (incluindo os de capacitação)?
- . Quais as necessidades de formação inicial e continuada dos diferentes profissionais que trabalham na escola?
- . Quais os critérios para a organização e a utilização dos espaços educativos (internos e externos à própria escola)?
- . Como será feita a organização de turmas por professor, em virtude da especificidade das situações diversificadas inerentes à própria estrutura curricular dos cursos desenvolvidos pela escola?
- . Quais as diretrizes para a avaliação de desempenho do pessoal docente e não-docente, do currículo, dos projetos não-curriculares e do próprio projeto pedagógico da escola?
- . Qual a relação entre o pedagógico e o administrativo, no processo de gestão?
- . Qual o papel das instâncias colegiadas da escola, tais como: Conselho da Escola, Conselho de Classe, Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres, clubes diversos e outros?
- . Como se efetiva o acompanhamento de egressos?

Para maior compreensão da estrutura do Projeto Pedagógico em termos do ato situacional, ato teórico e ato estratégico sugerimos a figura 7, na página a seguir.

ESTRUTURA DO PROJETO PEDAGÓGICO

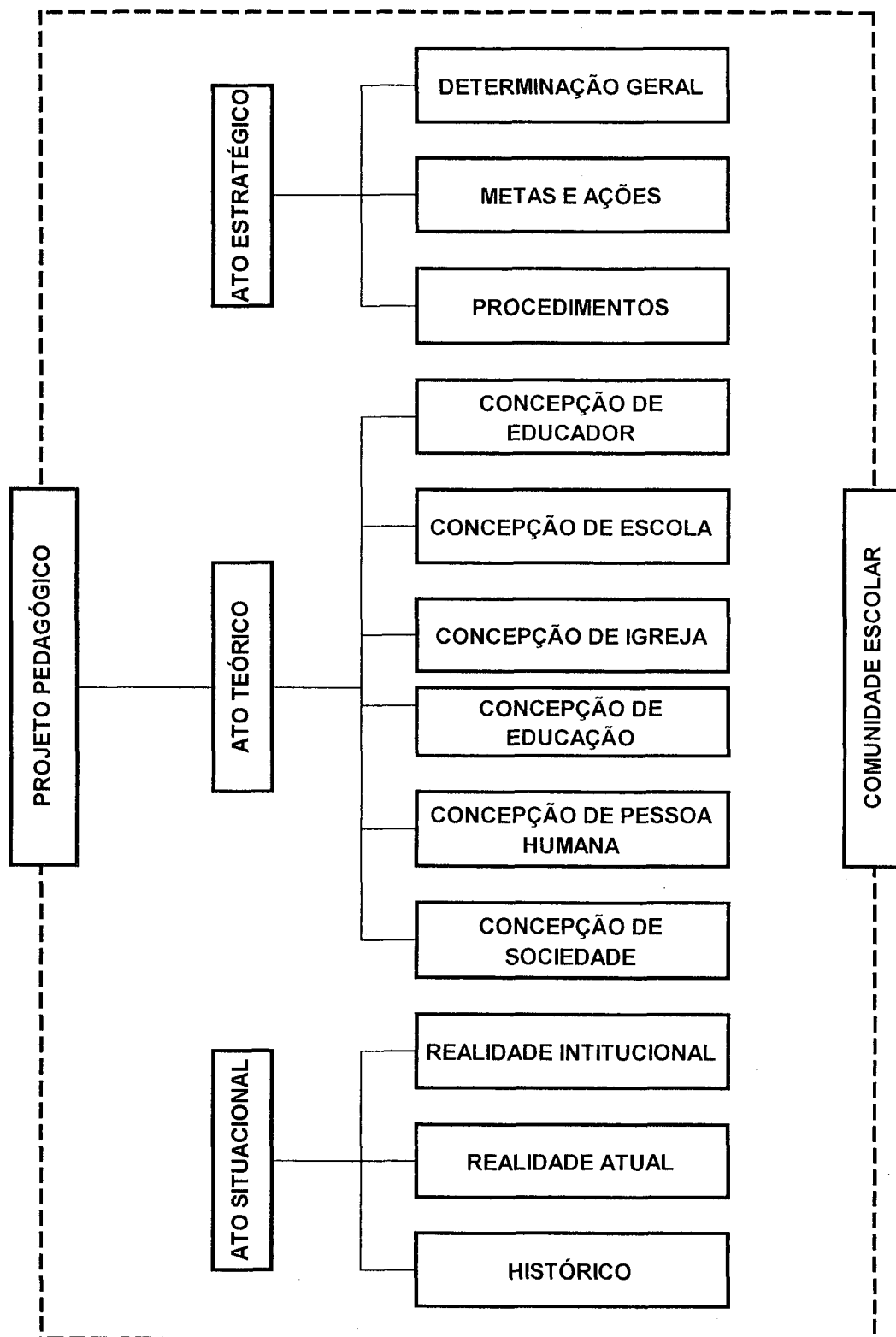


Figura nº 7: Estrutura do Projeto Pedagógico

Fonte: a autora

Os três atos do processo de construção de projeto pedagógico mantêm relações de interdependência e refletem propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos concretos, devendo ser considerados ao longo do planejamento. Eles correspondem aos momentos de concepção, incluindo tanto o ato situacional quanto o teórico e o estratégico, o de execução do projeto.

O processo construtivo passa por diversas fases, ora simultâneas e/ou, ora distintas. Existem, para tal, movimentos avaliativos que norteiam todo o processo, que partem da necessidade de se conhecer a realidade escolar para explicar e compreender criticamente as causas de existência dos problemas, bem como suas relações e mudanças, esforçando-se por propor ações alternativas de forma coletiva.

De acordo com a figura 8.

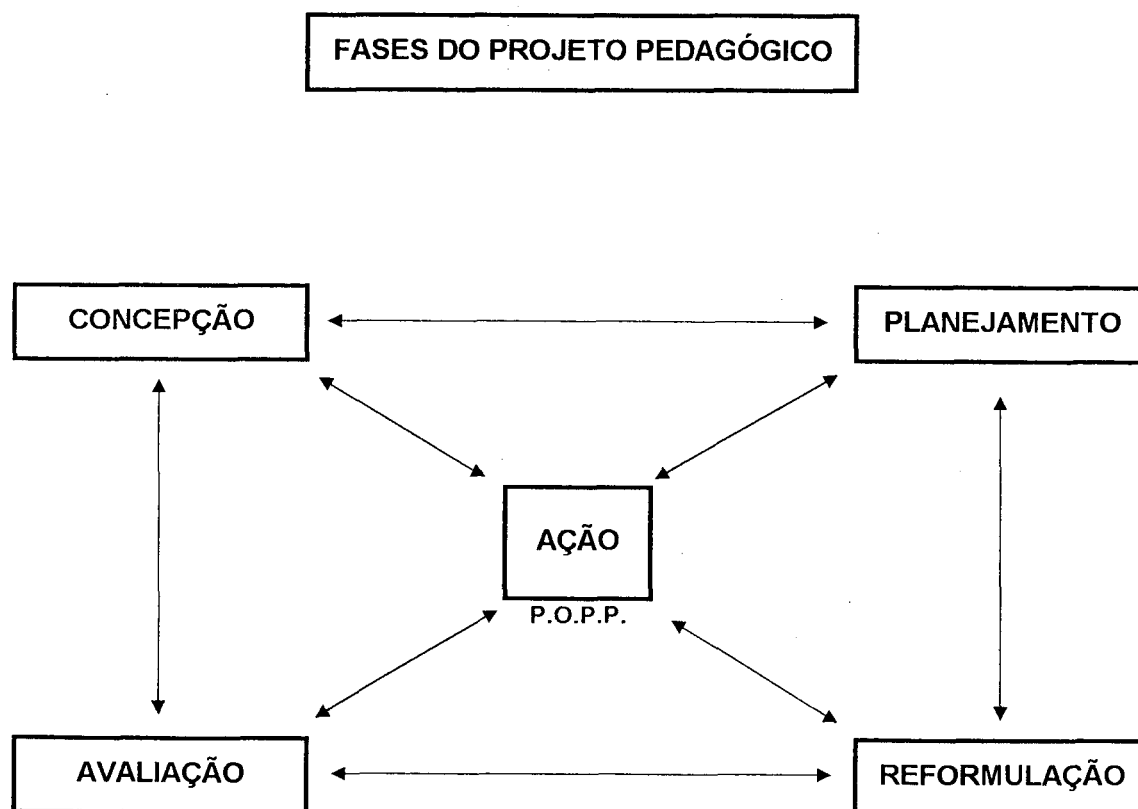


Figura nº 8: Fases do Projeto Pedagógico

Fonte: a autora

A avaliação é entendida como ação fundamental para a garantia do êxito do projeto, à medida em que é condição para as decisões significativas a serem tomadas. É parte integrante do processo de construção do projeto e compreendida como responsabilidade coletiva.

A avaliação interna e sistemática é essencial para definição, correção e aprimoramento de rumos. É também por meio dela que toda a extensão do ato educativo, e não apenas a dimensão pedagógica, é considerada. Esta, no contexto do processo de planejamento é concebida como acompanhamento da qualidade das decisões. As decisões avaliativas são basicamente de dois tipos:

- . as decisões, em nível dos atos situacional e teórico dizem respeito ao momento da concepção do projeto pedagógico. São decisões pedagógicas, epistemológicas e metodológicas, implicando levantar questões para um profundo conhecimento da situação. O esforço analítico da realidade constatada possibilitará a identificação de quais finalidades precisam ser reforçadas e priorizadas;
- . as decisões de execução do projeto pedagógico falam, sobretudo, do ato estratégico. As decisões básicas de execução visam acompanhar a operacionalização do projeto pedagógico.

Nesse sentido, todos os momentos de planejamento (concepção e execução) do projeto pedagógico estão permeados por um processo de avaliação. As relações de planejamento e avaliação do projeto pedagógico implicam que as decisões das várias etapas do planejamento se apoiem na avaliação, que considera-se como ponto de partida e ponto de chegada. O processo cíclico de planejamento é permeado por um processo cíclico de avaliação.

VASCONCELLOS, (1991, p.26), a esse respeito considera que: "(...) mais importante do que ter um texto bem elaborado, é construirmos um envolvimento e o crescimento das pessoas, principalmente dos educadores, no processo de elaboração do projeto, através de uma participação efetiva naquilo que é essencial na instituição. Planejar com e não planejar para". (Grifos do autor)

Insistimos, então, na importância de se ouvirem as vozes dos professores, dos alunos, dos pais, bem como as dos outros sujeitos envolvidos no processo de construção do projeto pedagógico. Acreditamos, conseqüentemente, que alguns avanços significativos encontrados na prática pedagógica de muitas escolas podem contribuir para a construção desse processo, merecendo especial atenção aos seguintes aspectos: o papel da escola, dos profissionais e da clientela, as condições de trabalho, a gestão e o projeto pedagógico, a política educacional.

Como procuramos demonstrar, a construção do projeto pedagógico é um ato deliberado dos sujeitos envolvidos como processo educativo da escola. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo. Para que a escola seja *palco* de inovação e investigação e torne-se autônoma, é fundamental a opção por um referencial teórico-metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, à singularidade, à transparência, à solidariedade e à participação.

Precisamos reconstruir a utopia e, como profissionais da educação, refletir e questionar profundamente o trabalho pedagógico que realizamos até hoje em nossas escolas.

A construção do projeto pedagógico enseja o uso da expressão trabalho pedagógico em substituição ao costumeiro processo ensino-aprendizagem. Essa última inspira-se na tendência pedagógica tradicional, em que a escola e o professor prescrevem os objetivos, os conteúdos, as atividades, os procedimentos didáticos e avaliativos. A adoção da expressão "trabalho pedagógico" requer que a escola assuma duas posturas.

A primeira é a de que o trabalho pertence a quem irá realizar, pois retira-se do executor suas possibilidades de domínio sobre o processo de trabalho, de comprometimento com o mesmo e de senti-lo como algo prazeroso e gratificante. A segunda postura decorre da primeira; é a de se considerar que as atividades do aluno constituem seu trabalho em cujo planejamento, desenvolvimento e avaliação ele deve se envolver.

É nesse contexto que se situa o projeto pedagógico, como o processo e o documento dele resultante, que refletem as intenções, os esforços e a responsabilidade de toda a equipe.

A formulação da proposta pedagógica requer, além da análise da realidade, da definição das concepções e da descrição da prática, outros documentos complementares: analisemos a figura 09, no final dos itens abaixo:

- a. Plano Curricular: documento no qual se define as áreas de conhecimento a serem trabalhadas com os seus respectivos conteúdos, pressupostos teóricos, encaminhamento metodológico e sistema de avaliação. Hoje se define currículo envolvendo outros três conceitos: currículo formal (planos e propostas pedagógicas); currículo em ação (aquilo que efetivamente acontece nas salas de aula e nas escolas); currículo oculto (o não dito, aquilo que tanto alunos, quanto professores, trazem, carregado de sentidos próprios, criando as formas

de relacionamento, poder e convivência nas salas de aula). Nessa visão, nos referimos a um paradigma curricular onde os princípios éticos, políticos e estéticos fundamentam a articulação entre áreas do conhecimento da base nacional comum, da parte diversificada e aspectos da vida cidadã.

b. Regimento Escolar: documento formal e legal, onde define-se toda a vida da escola, tanto no que diz respeito às disposições preliminares da gestão escolar, da sua estrutura organizacional, da organização e regime didático, dos direitos, deveres, proibições e sanções da comunidade escolar e disposições gerais.

c. Grade e/ou matriz curricular: Descrição das áreas de conhecimento, tanto da base nacional comum quanto da parte diversificada a serem trabalhadas nas séries e sua respectiva carga horária.

d. Calendário Escolar: documento onde se descreve toda a organização da escola no ano letivo, com as previsões dos dias letivos, início e término do ano letivo, férias escolares, recessos, dias santificados e feriados, recuperação, planejamentos, formação docente, período de matrículas e outros.

e. Plano de formação dos educadores: é papel também da escola ser formadora dos educadores. Cada escola deve ter um plano a curto, médio e longo prazos, no qual consta a sua fundamentação, a metodologia de trabalho, os conteúdos a serem abordados e as formas de controle ou avaliação.

f. Planilha das metas e ações: cada escola, em seu projeto pedagógico definirá quais as prioridades em termos de metas gerais, bem como pequenas ações para que se efetive a meta, a curto, médio e longo prazos.

g. Plano curricular das atividades acadêmicas complementares: Esse plano deve definir quais as fundamentações teóricas, encaminhamento metodológico, conteúdos, níveis e processos de avaliação dos cursos livres proporcionados pela escola.

Normalmente estes cursos existem na escola, não com um perfil da instituição, e sim, com o perfil do profissional que desenvolve o trabalho. É fundamental definir o perfil da escola frente a outras escolas, bem como sistematizar todas as suas atividades.

h. Estatuto do Grêmio Estudantil: A organização estudantil é a instância onde se cultiva gradativamente o interesse do aluno, para além da sala de aula. A consciência dos direitos individuais vem acoplada à idéia de que estes se conquistam numa participação social e solidária. Com a organização do estatuto, o Grêmio Estudantil é caracterizado pelo documento legal como órgão independente da direção da escola ou de qualquer outra instância de controle e tutela que possa ser reivindicada pela instituição.

i. Estatuto da Associação de Pais e Mestres e/ou Conselho Escolar: É uma instituição auxiliar, que tem como finalidade colaborar no aprimoramento da educação e na integração família- escola- comunidade. A APM deverá exercer a função de sustentadora jurídica das verbas públicas recebidas e aplicadas pela escola, com a participação dos pais no seu cotidiano, em cumplicidade com a administração. O Conselho Escolar é concebido como gerador de descentralizações, local de debate e tomada de decisões, onde permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses e suas reivindicações, procurando defender os interesses da escola.

j. Relação do corpo docente e técnico-administrativo: O órgão fiscalizador, a Secretaria de Estado da Educação, necessita manter a integralidade do Estabelecimento Escolar e sua qualidade de trabalho, através dos profissionais especializados em educação.

k. Plano de avaliação interna: Para manter um controle de qualidade com todos os segmentos do estabelecimento, o plano de avaliação é fundamental e é concebido como acompanhamento da qualidade nas decisões. Nesse sentido, todos os momentos de planejamento (concepção e execução) do projeto pedagógico estão permeados por um processo de avaliação.

l. Outros: A escola poderá anexar outros documentos pertinentes da própria instituição e/ou parcerias.

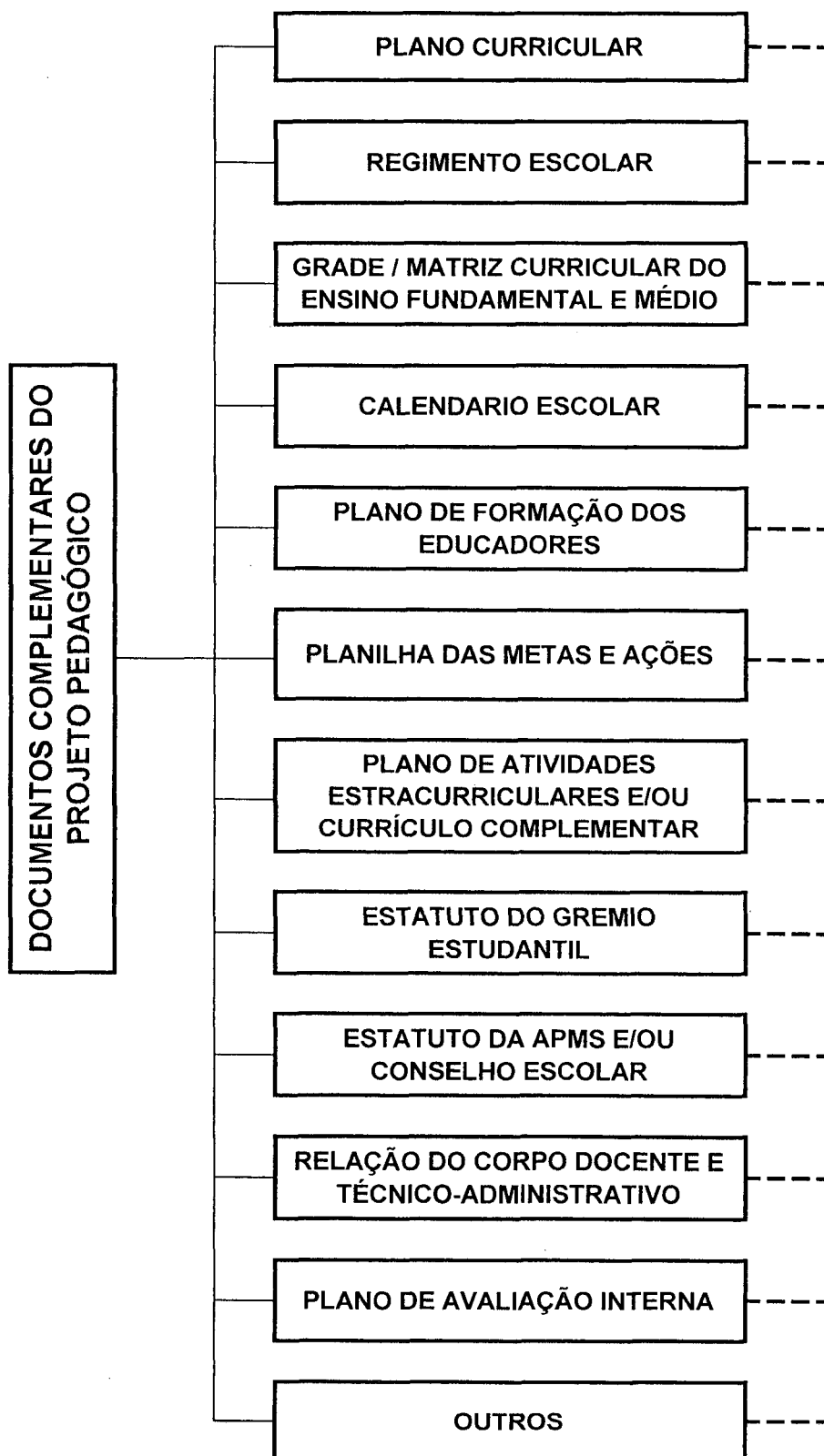


Figura nº 9: Documentos Complementares do projeto Pedagógico
Fonte: a autora

Na realização do projeto pedagógico, o cotidiano da escola fornece indicativos que evitam seu enfraquecimento e a dispersão de seus componentes.

A avaliação e a discussão sobre o processo orientam os pontos que devem embasar novos procedimentos e reforçar os princípios que fundamentam o "pensar e o fazer" da escola, no sentido de uma prática transformadora. A compreensão sobre o caráter evolutivo do projeto impõe atenção constante por parte daqueles que são, efetivamente, os responsáveis pela sua existência. Assim, torna-se importante reforçar a compreensão, de forma cada vez mais ampliada, e a percepção de projeto educativo como instrumento de autonomia e domínio do trabalho docente pelos profissionais da educação.

É essa concepção de projeto pedagógico como espaço conquistado que deve constituir o elemento diferencial para o aparente consenso sobre as atuais formas de orientação da prática pedagógica.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

5.1 Considerações finais

A elaboração do projeto pedagógico no contexto tecnológico, em sua práxis, exige um envolvimento de toda a comunidade educativa. Entendemos que ele é o resultado de um processo complexo de debate, cuja concepção demanda não só tempo, mas também estudo, reflexão e aprendizagem de trabalho coletivo. Diante do contexto tecnológico da sociedade, hoje, a escola deve ser um centro de formação, onde alunos e professores estão num processo contínuo de busca e desenvolvimento científico e humano, vinculando a aplicabilidade da ciência na vida cotidiana. O professor, nesse processo, é um mediador, facilitador e condutor do conhecimento e da informação já existente ou a ser construída por si e pelos alunos.

A sistematização do que fundamenta teoricamente um projeto pedagógico de uma escola ainda de forma participativa, consciente e coletiva exige conhecimento da realidade atual e de legislação, flexibilidade frente às diversas correntes de pensamento sobre o tema e experiência no campo de atuação.

Na era do conhecimento e da informação em que vivemos não basta o profissional ter o saber formal; precisa manter-se muito informado, atualizado e não é suficiente ter um banco de dados em sua memória, mas saber utilizar tudo o que sabe, convertendo sabedoria em atitudes práticas. O mundo precisa de gente criativa, capaz de usar bem o cérebro. O homem, frente à revolução tecnológica, é o sujeito da mudança, tanto nas dimensões econômico- políticas (planetarização); cultural (razão utilitária-significação da vida humana); do ponto de vista da evolução (informática com salto qualitativo, pensar lógico-formal). Portanto, a teleinformática expande capacidades inerentes à condição humana, aumenta o uso das potencialidades de pensar com condicionamentos básicos, o raciocínio lógico e a memória.

As novas tecnologias provocam no homem o desenvolvimento das habilidades do pensamento e esta deve vir para incorporar ao nosso fazer cotidiano. O recurso ousado da Internet em linhas de telecomunicações disponibiliza uma somatória de várias tecnologias que se pode dispor ao mesmo tempo de forma digital. O professor, nesse contexto, deve ter o perfil de formador e estar voltado ao atendimento personalizado.

A educação, no contexto da teleinformática, deve proporcionar ao aluno a aprendizagem do conhecimento científico da humanidade, a praticidade do mesmo em relação a vida cotidiana, a sua convivência de forma comunitária, culminando assim com a formação integral do "ser" humano.

O mercado de trabalho espera um profissional cada vez mais qualificado em sua área e que não tenha perdido as noções generalistas da humanidade, um profissional criativo, audaz, flexível e com visão progressiva de mundo. Por isso, a escola muda sua função social, passa por transformações que devem ser refletidas, transcritas e discutidas por toda a comunidade escolar e depois traduzida em ações visando atingir os objetivos propostos. A escola, por muito tempo, ficou centrada em si; agora ela precisa cada vez mais estar aberta ao mundo, às necessidades emergentes, buscando assim a prática da cidadania.

A LDB 9394/96 vem afirmar que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Portanto, o papel formativo de todo o cidadão é de responsabilidade de toda a sociedade.

A educação básica tem, diante do pluralismo cultural, da rapidez nas conquistas científicas, da evolução tecnológica, bem como de mudanças de costumes e hábitos, a missão de educar para a sensibilidade, para o prazer, a alegria, o gosto/sabor; de educar para a cidadania, para o compartilhar a produção de bens e serviços, para os bens culturais e o poder. Ela visa, portanto, ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

A escola deve ter, como meta primordial, prevista em seu projeto, a interação com a família, o cultivo pastoral, a formação permanente do corpo docente e a educação de valores. Considerando contexto, limites, recursos e realidade própria, cada escola tem a possibilidade de definir e desenvolver seu projeto educativo. Ao ocupar seu espaço de autonomia para realizar o trabalho educativo, faz mais que adotar as diretrizes gerais formuladas pela administração central para o sistema público de um modo geral.

Com seu projeto, o caminho escolhido tem a sua marca, a escola assume feição própria, adquire personalidade. É necessário, pois, que ela tenha clareza quanto às questões colocadas e que atue no sentido do inesperado, do real aproveitamento de possíveis brechas, incluindo aí a intuição e a sensibilidade de seus educadores.

O projeto pedagógico nada mais é que um convite à reflexão da prática cotidiana na escola, exigindo uma profunda reflexão sobre as finalidades da escola, a explicitação de seu papel social e definições claras de seus caminhos através de formas operacionais e ações a serem empreendidas por todos os envolvidos com o processo educativo.

Em seu processo de construção, aglutinará crenças, convicções, conhecimentos da comunidade escolar, do contexto social e científico, constituindo-se em compromisso político e pedagógico coletivo.

A LDB 9394/96 estabelece que as escolas devem elaborar e executar suas propostas pedagógicas; portanto, o estabelecimento de ensino tem autonomia para garantir a sua identidade e qualidade. A autonomia da escola para organizar, desenvolver e avaliar o trabalho que garanta a aprendizagem dos seus alunos e o uso da avaliação formativa têm um propósito comum: formar o aprendiz independente e capaz de colaborar, interagir, inovar, comunicar-se e enfrentar diferentes situações.

Essas capacidades e habilidades são mais fáceis de ser formadas no início do processo de escolarização, quando a criança aprende não apenas os conteúdos programáticos mas os processos que vivencia. Daí, a necessidade de a escola fundamental criar ambiente de construção e participação por parte de todos os que nela atuam. Difícilmente uma instituição de ensino formará um cidadão que pensa e age com independência, se ela própria tiver seu funcionamento dependente.

A autonomia da escola, com interesse na aprendizagem de todos os alunos, será obtida pela construção coletiva do seu projeto pedagógico; pela avaliação de todo o processo e de todos os que dela participam; pelo desenvolvimento profissional e pessoal dos profissionais da educação.

A educação básica no Brasil tem por finalidade desenvolver o educando, assegurando-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em seus estudos posteriores.

Compreende a educação básica a educação infantil, responsável para educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos; o ensino fundamental, em seus 4 ciclos ou oito anos de escolaridade, que deve garantir e sistematizar todo o processo de alfabetização; o ensino médio, que deve sintetizar todos os conhecimentos, conciliando humanismo e tecnologia, princípios científicos e o exercício da cidadania plena, formação ética e autonomia intelectual; a educação de jovens e adultos, que tem a função reparadora, equalizadora e permanente tarefa na formação e atualização dos conhecimentos para quem não teve a oportunidade de frequentar de forma regular a educação básica.

Compreende a educação profissional em três níveis: básica, para todos os profissionais, sem exigência de nível de escolaridade; técnica, para quem concluir o ensino médio e a tecnológica, oferecida em cursos de graduação pelas faculdades e universidades.

Os pressupostos que norteiam o projeto pedagógico são os filosóficos-sociológicos, que consideram a educação como compromisso político, visando a formação do cidadão participativo; o epistemológico, que considera o conhecimento construído e transformado coletivamente; o didático-metodológico, entendendo que a sistematização do processo ensino-aprendizagem favorece o aluno na elaboração crítica dos conteúdos, por meio de métodos e técnicas de ensino e pesquisa em relações solidárias e democráticas.

O projeto pedagógico, em si, deve ser um projeto de cidadania, pois a escola é um local de concepção e realização do que foi proposto e para tal necessita de mudanças. As bases para tal projeto são: a centralidade da escola; os desafios na administração pública e na gestão da educação; clareza quanto ao ato de inovar; o projeto como propostas dos sistemas de ensino; a descentralização, autonomia e participação; a organização coletiva dos educadores e, os acordos e parcerias.

A educação, entretanto, não constitui a cidadania, mas, na busca de transformação, a escola e a sociedade planejam e realizam ações que viabilizam o processo de qualificação do ensino, hoje possível através do projeto pedagógico. Assim, existem vários caminhos para uma sistematização do projeto pedagógico, porém acreditamos na construção coletiva marcada por três atos distintos e interdependentes que refletem propósitos, perspectivas, experiências, valores e interesses humanos concretos.

Relacionamos, dessa forma, os atos: ato situacional, descrevendo o histórico e a realidade na qual se desenvolve a ação; ato teórico, descrevendo as concepções de sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem e outros; o ato estratégico que orienta quanto às atividades assumidas pela comunidade educativa em seus procedimentos, metas e ações.

A participação de todos, inclusive dos funcionários, em amplo debate na e sobre a escola, certamente garantirá o compromisso em executar as ações planejadas. Para tanto, solicita-se atenção especial à necessidade de uma coordenação, isto é, de uma organização comum de trabalho exercida pelo diretor, pelo supervisor escolar e pela equipe pedagógica, a fim de que as decisões e ações referidas à gestão da escola e ao ato de ensinar e aprender se façam de modo fundamentado e articulado.

Uma coordenação e liderança seguras, competentes e criativas incentivam a participação e unificam as ações dos professores, favorecendo o crescimento do grupo e da escola.

Esse trabalho implica, obviamente, a capacidade de desenvolver competência técnica, política e humana dos educadores na construção de um projeto de escola autônoma.

Um limite encontrado no decorrer da pesquisa de campo é que os gestores, administradores das escolas foram (quase todos) educados num regime ditador e autoritário, portanto, hoje encontram dificuldades em manter relações democráticas, das quais estão perpassando as fases de elaboração do projeto pedagógico

O processo de avaliação é concebido como acompanhamento da qualidade das decisões já durante o planejamento; nesse sentido, todos os momentos de planejamento (concepção e execução) do projeto pedagógico estão permeados por um processo de avaliação. A avaliação formativa e a auto-avaliação, como um de seus procedimentos, foram apresentadas como adequadas à proposta de construção coletiva desse projeto.

Desse modo, reafirmamos a importância da escola em avaliar constantemente seu trabalho e apresentar à sociedade os resultados obtidos, assim como suas necessidades, dificuldades e metas futuras.

O projeto pedagógico é complementado por outros documentos que possuem uma estrutura própria, a saber: plano curricular, regimento escolar, matriz curricular, calendário escolar; plano de formação dos docentes; planilha de metas e ações; plano curricular das atividades acadêmicas complementares; estatuto do grêmio estudantil, da associação de pais e mestres e/ou conselho escolar; relação do corpo docente e técnico administrativo; plano de avaliação interna e outros.

Enfim, buscando reflexões dessa natureza e preservando a dimensão coletiva, a proposta do projeto pedagógico de qualquer organização escolar deve ser delineada visando instrumentalizar e orientar a comunidade educativa no equacionamento realista dos seus problemas e possibilidades de intervenção em suas práticas pedagógicas, tarefa que se torna mais desafiadora empreendida em nível de rede.

5.2 Recomendações para trabalhos futuros

Desenvolvendo a atual pesquisa sobre projeto pedagógico no contexto tecnológico, verificamos a existência de um vasto conteúdo a ser discutido, analisado, aprofundado e sistematizado.

As escolas estão elaborando seus projetos pedagógicos pela primeira vez, pois anteriormente não havia exigência legal. Sabemos que algumas possuem sua proposta definida, muitas vezes, somente na ação concreta, e não sistematizada de forma científica; exemplo disso são as escolas particulares de confissões religiosas. Uma pesquisa de campo a médio prazo daria uma visão mais clara dos procedimentos que as escolas tomaram no processo de ação-reflexão-ação.

O presente tema merece maior atenção e aprofundamento, pois foi pouco explorado. Estamos passando por mudanças fundamentais na sociedade, na educação; ainda somos demasiadamente dependentes de um sistema.

Em trabalhos futuros, nossa pretensão é aprofundar o atual tema à partir da relação teoria (sistematização dos projetos) e prática (dos projetos, o que se tornou realidade), bem como de seu processo de avaliação.

Dessa maneira, para unir a teoria e a prática do projeto pedagógico, a instituição escolar precisa ter clareza do que deseja a curto, a médio e a longo prazos, sem esquecer-se jamais do desafio da construção da cidadania no interior das salas de aula e na escola.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AEC DO BRASIL. **O professor necessário na construção da Cidadania**. Tema apresentado no XV Congresso Nacional de Educação. Nº 60, Fortaleza, 1995. Cadernos.

_____. **A Pastoral da Escola Católica**. N.º 67, 1997. Síntese; Cadernos.

_____. **Educação e Informática: Treinamento ou Criação**. Ano 25; nº 99. Revista.

_____. **O papel político social do Professor**. Ano 26; nº 104197. Revista.

ANTUNES, Celso. **A Inteligência Emocional na Construção do Novo Eu**. 4ª Edição; Editora Vozes, 1998.

ARETIO, Lorenzo Agracia. **Educación a distancia hoy**. Madrid: UNED. Educación a distancia. 1994.

BEHRENS, Marilda Aparecida. **O paradigma Emergente e a Prática Pedagógica**. E.

CHAMPAGNAT. **Serie Educação: Teoria e Prática**. nº 4, 1999.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação à distância**. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

DELORS, Jacques. **Educação um tesouro a descobrir**. Ed. Cortez. UNESCO. 1999.

DEMO, Pedro. **Questões para a Teleeducação**. Campinas, SP: Autores Associados, 1998. (Coleção educação contemporânea).

_____. **Educação e qualidade**. Campinas: Papyrus, 1994.

DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS da **Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação de Jovens e adultos**. MEC, 1998,2000.

LEI de **Diretrizes e Base da Educação Nacional** nº 9394/96. 1996.

LEI de **Diretrizes e Base da Educação Nacional** nº 9394/96. 1997.

FERREIRA NETO, Augusto. **Projeto Pedagógico da Escola**. In: Revista AMAE. Belo Horizonte, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Paz e Terra. 1999.

GADOTTI, Moacir. **Pensamento Pedagógico Brasileiro**. Ática, 1987.

_____. **História das idéias pedagógicas**. Série Educação. 1997.

GADOTTI, M. e ROMÃO, J.E. (orgs.) **Autonomia da escola: Princípios e Propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa**. 3ª ed., São Paulo: Loyola, 1986.

GARDNER. H. **Inteligências Múltiplas: a teoria na prática**. Artes médicas, 1995.

MEISTER, Jeanne C. **Educação Corporativa - A gestão do Capital Intelectual Através das Universidades Corporativas**. Ed. Makron Books, 1999.

MONTENEGRO, Jacques e Naville, D. Maurice. **Piaget ou a inteligência em evolução**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

MORAES, Maria Candida. **Novas tendências para o uso das tecnologias da informação na educação**. Fevereiro, 1998. www.edutecnet.com.br/edmcard2.htm

MORAN, José Manuel. **Leitura dos Meios de Comunicação**. S/e. Editora Pancast, 1993. Referenciais para Formação de Professores Polivalentes. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. 1998.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS da **Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio**, MEC, 2000.

REVISTA/ and C World - Volam 4/december 2000. **The magazine for information and Communications**, 2000.

REVISTA DO PROFESSOR. Ano XIV, n.O 54. Editora CPOEC, 1998.

ROGER, C. Schank; CHIP, Cleary. **Engines for educations**. Laurence Erlbaum Associates Inc Publishers, Nee Jersey. USA, 1995.

SANDER, Benno. **Gestão da educação na América Latina: Construção e reconstrução do conhecimento**. São Paulo: Autores Associados, 1995.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e interdisciplinarietà - O currículo integrado**. Artes Médicas, 1998.

SEABRA, Carlos. **Uma nova educação para uma nova era**. www.chaves.com.br/textalia/misc/seabra.htm, 12/04/00

SINEPE/PR. **Cidadãos do amanhã**. Ano I, nº 2.

SINEPE/RS. **Integração começa na escola**. Educação em revista; ano 1, nº 2.

_____. **A construção do conhecimento**. Educação em revista; ano 1, nº 3.

_____. **Educação na sociedade global**. Educação em revista. Ano 1, nº 5.